



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Silvania Cavalcante Rabello

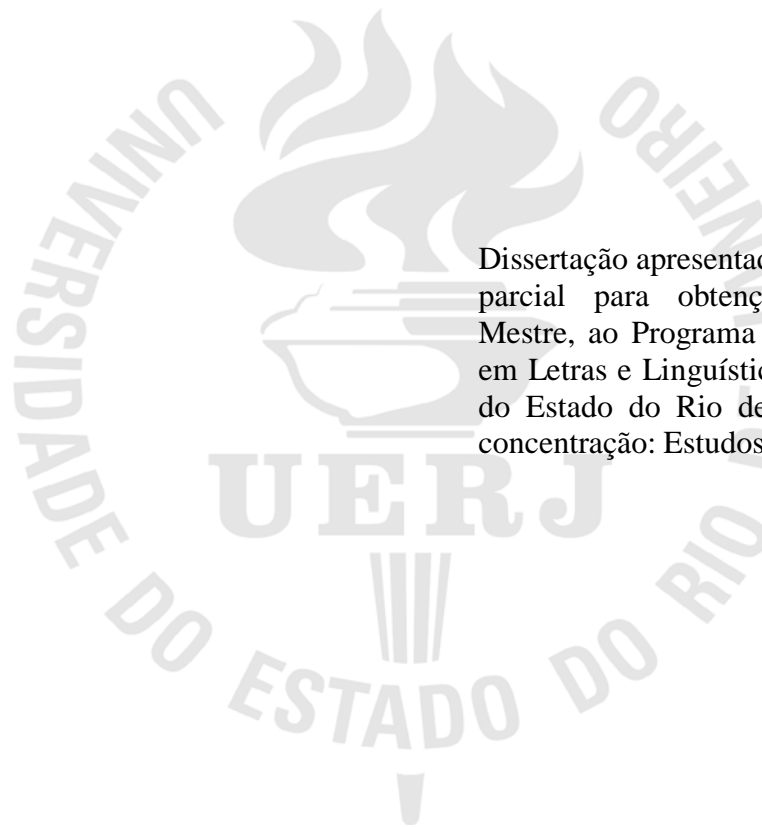
**Linguagem e agenciamento: efeitos incorporais atribuídos às universidades
federais**

São Gonçalo

2020

Silvania Cavalcante Rabello

Linguagem e agenciamento: efeitos incorporais atribuídos às universidades federais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R114
TESE

Rabello, Sylvania Cavalcante.

Linguagem e agenciamento : efeitos incorporais atribuídos às universidades federais / Sylvania Cavalcante Rabello. – 2020. 89f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues.
Dissertação (Mestrado Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Linguística – Teses. 2. Subjetividade – Teses. I. Rodrigues, Bruno Rêgo Deusdará. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB-7 / 6150

CDU 801

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Silvania Cavalcante Rabello

Linguagem e agenciamento: efeitos incorporais atribuídos às universidades federais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em 09 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Victória Wilson da Costa Coelho
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Rosimeri de Oliveira Dias
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa
Universidade Federal do Pará

São Gonçalo

2020

AGRADECIMENTOS

Na vida, cada vez mais aprendo a importância de sermos gratos. Como cristã aprendi que sem gratidão não há bênção. Agradeço, primeiramente, a Deus, que me sustenta todos os dias. Confio em Deus e em seu infinito amor. Ele é fiel. Agradeço à minha família, ao meu marido, Nielsen R. V. Rabello, pelo apoio, carinho e por me fazer rir e ao meu amoroso filho, Isaac C. Rabello, pela ajuda com as tarefas domésticas e os beijinhos inesperados. Também agradeço sempre aos meus pais, Vania Maria do Amaral Cavalcante e Raimundo N. Cavalcante por todos os ensinamentos e pelo amor que eles têm por mim.

Sou muito grata a todos que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (UERJ-FFP), funcionários e professores. Agradeço em especial à secretária Pollyana de Oliveira, à coordenadora Prof. Dra. Andréa Rodrigues e ao meu orientador Prof. Dr. Bruno Deusdará sempre solícito e gentil. Também quero agradecer a minha turma (2018 /2) pelas aflições compartilhadas e pelas contribuições cedidas: Allan da Silva Oliveira; Fernanda de Souza Faria; Giselly Duarte Ferreira da Fonseca; Ivana de Oliveira Souza Melo; João Paulo Bulhões e Mattos; Leandro Novaes da Silva; Letícia Casal Pimenta; Monike Ribeiro dos Santos; Sheila Cristina Muniz Versiani; Tamar da Silva Viana; Viviane Corrêa de Souza e o Gleicson Fialho Sales (discente ouvinte). Posso destacar da turma alguns mais próximos: a Viviane, amiga, carinhosa e atenciosa; o Allan companhia de viagem para as aulas na UERJ- Maracanã e o Leandro sempre disposto a ajudar e a incentivar.

Não posso deixar de agradecer à banca composta para o exame de qualificação. A Profa. Dra. Victória Wilson, quem eu tenho grande admiração e contribuiu muito para a evolução da minha pesquisa, e o Prof. Dr. Décio Rocha. O professor Décio contribuiu muito orientando junto ao prof. Bruno Deusdará um grupo de estudos sobre a Análise do Discurso na UERJ- Maracanã. Um grupo muito dedicado e interessado em discutir e levantar questões sobre linguagem e sociedade, no qual eu tive o privilégio de fazer parte durante o 1^a semestre de 2019. O grupo ajudou muito com o surgimento do problema e primeiros passos da pesquisa, por isso quero muito agradecer a cada integrante do grupo de estudos por esse período de aprendizado. Também sou muito grata pela participação e pelas contribuições das profas. Dras. Fátima Cristina da Costa Pessoa e Rosimeri de Oliveira Dias no exame de defesa. A profa. Rosimeri Dias presenteou-me com um parecer perfeito sobre a minha pesquisa.

RESUMO

RABELLO, Sylvania Cavalcante. *Linguagem e agenciamento: efeitos incorporais atribuídos às universidades federais*. 2020. 89f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

Nesta pesquisa, queremos propor como ponto de partida para o estudo linguístico a ideia de que a linguagem intervém na realidade, ou seja, tratar a linguagem não apenas como reflexo de um acontecimento. Por conseguinte, um acontecimento (uma circunstância) é também constituído pela linguagem e não apenas descrito ou narrado posteriormente por ela. Para esse entendimento, é necessário nos afastarmos de uma vasta tradição de estudos que contemplam a lógica binária e colocam em oposição língua e pragmática. Utilizamos como suporte teórico Deleuze e Guattari (1995)- *Mil platôs*, esses autores ampliam o conceito de pragmática, quando colocam o plano linguístico e o plano extralinguístico em constante coengendramento, e isso é o agenciamento, noção levantada como central no trabalho. Para esses autores as circunstâncias ou variáveis atuam na precipitação das formas de expressão e de conteúdo, fazendo com que os dois segmentos se introduzam constantemente. Assim, a importância do processo de formalização da expressão se ressalta, pois não se trata mais de representar, mas de intervir. Destacamos o conceito do agenciamento coletivo da enunciação desses autores e suas consequências: distribuições moventes no discurso e processos relativos de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 1996), devido ao seu aspecto social da linguagem. Contamos com a contribuição de Foucault (2008) para elucidar sobre a distribuição movente no discurso, orientando as noções de discurso, de enunciado e de enunciação. Quanto às análises, dividimo-las em duas etapas, na primeira etapa são analisadas quatro reportagens, e uma notícia na segunda etapa uma reportagem, uma notícia e um vídeo, que tematizam, de alguma forma, o atual contexto social da educação no Brasil. A primeira etapa se refere ao agenciamento e a segunda se detém aos resultados do agenciamento: distribuição movente no discurso e produção de subjetividade.

Palavras-chave: Linguagem. Agenciamento. Efeitos incorporais. Distribuições moventes no discurso. Produção de subjetividade.

ABSTRACT

RABELLO, Sylvania Cavalcante. *Language and agency: incorporeal effects attributed to federal universities*. 2020. 89f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

The aim of this research is to propose as a starting point for the linguistic study the idea that language intervenes in reality, that is, treating language not only as a reflection of an event. Therefore, an event (a circumstance) is also constituted by language and not just described or narrated later by it. For this understanding, it is necessary to move away from a vast tradition of studies that contemplate binary logic and put it in opposition language and pragmatics. Deleuze and Guattari (1995) - *Mil Platôs* - are used as theoretical support, since they expand the concept of pragmatics, when they place the linguistic plane and the extralinguistic plane in constant co-creation, and that is agency, a notion raised as central to the work. For these authors, as a consequence or variables, they act in terms of the forms of expression and content, causing the two segments to introduce themselves constantly. Thus, the importance of the formalization process of expression is emphasized, as it is no longer a matter of representing, but of intervening. We highlight the concept of collective agency of the utterance of these authors and their achievements: moving distributions in the discourse and relative processes of subjectivation (GUATTARI; ROLNIK, 1996), due to their social aspect of language. Foucault (2008) can also contribute to elucidate about the moving distribution in the discourse, guiding the notions of discourse, statement and enunciation. As for the analyzes, we divided them into two stages, in the first stage four reports, a video and a news item are analyzed, in the second stage, a report and a news item, which somehow theorize the current social context of education in Brazil. The first stage refers to agency and the second concerns the results of agency: moving distribution in the discourse and production of subjectivity.

Keywords: Language. Agency. Incorporeal effects. Discursive movement. Production of subjectivity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	8
1	PESQUISADORA E PESQUISA.....	15
1.1	Contextualização.....	16
1.1.1	<u>Pistas sobre o plano do novo governo para a educação.....</u>	18
1.2	A construção do caminho ao andar.....	21
2	AGENCIAMENTO E ENUNCIÇÃO.....	24
2.1	Agenciamento.....	24
2.1.1	<u>O implícito e a pragmática.....</u>	28
2.1.2	<u>Transformação incorpórea.....</u>	31
2.1.3	<u>Discurso relatado.....</u>	32
3	EFEITOS DO GENCIAMENTO: DISTRIBUIÇÃO MOVENTE NO DISCURSO E PROCESSOS RELATIVOS À SUBJETIVIDADE.....	34
3.1	O sujeito para Foucault, Deleuze e Guattari.....	34
3.1.1	<u>Discurso e produção de subjetividade.....</u>	36
3.2	Distribuição movente no discurso e enunciado.....	39
4	FORÇAS EM EMBATE E EFEITOS INCORPORAIS ATRIBUÍDOS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISES DA 1ª ETAPA.....	42
4.1	Análise 1 (reportagem 1).....	42
4.1.1	<u>Discurso relatado: a natureza heterogênea da linguagem e a reterritorialização....</u>	43
4.1.2	<u>O implícito na reportagem 1.....</u>	45
4.2	Análise 2 (reportagem 2).....	46
4.2.1	<u>Efeitos incorporais.....</u>	46
4.3	Análise 3 (reportagem 3, reportagem 4 e uma notícia).....	47
4.3.1	<u>O embate entre mídia e o governo.....</u>	48
4.3.2	<u>A dualidade entre as palavras corte e contingenciamento: mídia versus governo</u>	50
4.4	Manifestantes versus massa de manobra: efeitos incorporais.....	52
4.5	Considerações das análises da 1ª etapa.....	53
5	A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ACIONADA PELO PROCESSO	

	DE CONSENSO PERMANENTE NEOLIBERAL: ANÁLISES DA 2ª	
	ETAPA	57
5.1	Análise1	57
5.1.2	<u>Análise 2</u>	61
5.1.3	<u>Análise 3</u>	63
5.2	Considerações das análises da 2ª etapa	65
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO A – Textos jornalísticos da 1ª etapa da análise.....	73
	ANEXO B – Textos jornalísticos da 2ª etapa da análise.....	81
	ANEXO C – Algumas das imagens mais compartilhadas do mês de maio de 2019.....	88
	ANEXO D – Parte do texto sobre educação contido no plano de governo de Jair Bolsonaro.....	89

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se na área de concentração em Estudos Linguísticos e linha de pesquisa “Linguagem e Sociedade” do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O problema desta pesquisa é: em que sentido é possível sustentar que a linguagem intervém no real? Esse problema surgiu com a contribuição de um grupo de estudo de Análise do discurso na UERJ (Campus Maracanã). Os professores Bruno Deusdará e Décio Rocha orientam esse grupo democrático e muito produtivo, o qual faz leituras importantes e todos podem sugerir novas leituras. Participei durante um semestre desse grupo e diante de essas leituras, contribuições dos colegas e anotações o problema surgiu.

Minha aproximação com os autores, Deleuze, Guattari e Foucault, que constituem o construto teórico-filosófico deste trabalho, aconteceu no curso de Especialização em Educação básica em 2010. Esses autores colaboram para o quê denominam Filosofia da Diferença. Eles têm como interesse romper com o pensamento hegemônico ocidental e com a lógica binária. Sobretudo, esses autores abandonam a ideia de conhecimento como representação de mundo.

A forma como o pensamento hegemônico ocidental nos apresenta o conhecimento nos acomoda a entendermos a linguagem como referência a um acontecimento anterior, como se os acontecimentos precedessem os textos produzidos na sociedade. Isso se constitui devido aos estudos tradicionais da linguagem. Um exemplo bastante eloquente é o do estruturalismo, que contempla a lógica binária, evocando dicotomias como: signo-referente e significante-significado, e reforçam a oposição entre língua (dimensão da estrutura virtual) e pragmática (dimensão do uso concreto). Esses estudos sustentam o pensamento de que a linguagem fornece elementos que permitiram segmentar a experiência e tão somente representar o real. Na expectativa de superarmos esse impasse, levantamos o problema já citado.

Para situar-nos, iniciei a pesquisa em 2019, também início do governo do presidente Jair Bolsonaro. No contexto da educação, Ricardo Vélez Rodrigues foi nomeado a ministro da educação, quando houve uma série de demissões no Ministério da Educação que gerou uma crise na instituição, resultando na sua própria demissão. Consequentemente, o Abraham Weintraub é nomeado a ministro da educação, então, muitas contradições e polêmicas surgem. Isso tudo me chamou a atenção. Por que uma crise envolvendo o contexto

educacional logo no início do governo? Portanto, comecei a selecionar textos jornalísticos que debatiam o tema da educação e percebi que havia alguns embates importantes neles.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a constituição do corpo manifestação (evento em defesa da educação) pela linguagem, ou seja, investigar a manifestação como um acontecimento de linguagem e não apenas como um evento exterior refletido na linguagem, analisando as relações discursivas e seus efeitos. Para pensar a linguagem como parte da produção de mundo, recorreremos a Rocha e Deusdará (2016) e às referências filosóficas ainda não muito presentes no campo dos estudos linguísticos.

Elegemos como base teórica Deleuze e Guattari (1995) e apresentamos o *agenciamento* como conceito central da pesquisa, por permitir a recusa da hierarquia (dimensão superior), ou seja, de uma marcação de poder que se desdobra em dicotomias, reforçando a lógica da reprodução. Além de, ser um conceito que procede a fluxos de significância e processa subjetividades.

Segundo os autores, na verdade, há dois agenciamentos: o agenciamento coletivo de enunciação (ou regime dos signos) e o agenciamento maquínico dos corpos, os quais são indissociáveis. O primeiro está relacionado à forma de expressão e o outro à forma de conteúdo. “Podem-se tirar daí conclusões gerais acerca da natureza dos Agenciamentos. Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29).

O agenciamento coletivo da enunciação e suas consequências se destacam devido ao seu aspecto social, já que a investigação das relações discursivas e seus efeitos como acontecimento de linguagem estão relacionados à distribuição movente no discurso, as atribuições de individualidade e aos processos relativos à subjetividade. Como os autores apontam: “um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18).

A noção de agenciamento compreende a dimensão verbal a partir de uma dinâmica interação com os fatores extralinguísticos. O agenciamento opera uma conjunção das formas heterogêneas, pois “coloca em funcionamento fluxos de natureza diversos, tais como corpos, palavras, objetos e ações” (ALMEIDA, 1998). Expressão e conteúdo se segmentam, não fundam um paralelismo, mas ao contrário, um “esfacelamento”. A independência funcional das duas formas conduz à passagem incessante de uma a outra. Já que há outro eixo, o eixo dos graus, que se remete às circunstâncias ou às variáveis, que atuam sobre o eixo das formas. Graus de desterritorialização que conjugam, precipitam, alternam os conteúdos e as

expressões, ou operam reterritorialização, estabilizando-as. “O que denominamos circunstâncias e variáveis são esses próprios graus” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29).

O que Deleuze e Guattari (1995) tratam como o eixo dos graus (de deterritorialização e de reterritorialização) refere-se ao conceito territorial. Segundo eles, todo agenciamento é territorial. A noção de *deterritorialização* é um movimento que abandona o território, operação de linha de fuga. E a reterritorialização é um movimento de construção, no qual não deve ser confundido com o retorno a uma territorialidade primitiva. (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

O que a tradição linguística exclui, nessa perspectiva, quantifica as formas. Ou seja, as variáveis atuam sobre as formas, assim, os planos linguístico e extralinguístico já não se separam, pois as variáveis de expressão colocam a língua com o fora. A universalização ou uniformização da língua deixa de ser ponto de partida da linguagem. Não há aderência a oposições entre constante e variável, entre sujeito e objeto. O linguista na perspectiva do agenciamento pode analisar o discurso na dimensão da multiplicidade e não na dimensão vazia da sobrecodificação, fazendo operar conexões entre língua, linguagem, discurso e micropolíticas. “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.17).

Outros conceitos importantes para este estudo são os *atributos incorpóreos* que são o expresso de um enunciado. E a noção dos *implícitos* que se refere à avaliação dos enunciados, visto que este trabalho se preocupa com o caráter social da enunciação. Tais conceitos são importantes porque o último possibilita analisar as relações imanentes dos enunciados como os atos de maneira a não limitar a linguagem à concepção de código, a fala como comunicação de informação e a língua como independente da pragmática. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14). O primeiro porque trata do que está sendo atribuído de forma instantânea aos corpos de uma sociedade, definindo os atos em fluxo na mesma.

Para análise, elegemos como campo produtor de indícios de que linguagem intervém no real, o debate sobre a educação e as universidades federais, destacando o acontecimento *manifestação em defesa da educação*, datado do dia 15 de maio de 2019. Como acesso à construção desse debate, selecionamos alguns textos jornalísticos por entender que esses textos têm um papel socializador dos fatos que ocorrem no mundo, pois permitem que um público muito amplo tenha acesso a tais informações.

Dividimos as análises em duas etapas, na primeira etapa são analisadas quatro reportagens, um vídeo e uma notícia; na segunda etapa, uma reportagem e uma notícia, que

tematizam, de alguma forma, o atual contexto social da educação no Brasil. A primeira etapa se refere ao agenciamento e a segunda etapa se detém nos resultados do agenciamento coletivo da enunciação: distribuição movente no discurso e produção de subjetividade.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), o agenciamento coletivo da enunciação possui como resultados: as distribuições moventes, atribuição de individuação e a produção de subjetividade no discurso. Quanto às distribuições moventes no discurso, vamos nos apropriar do entendimento do enunciado como acontecimento, “porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente a enunciados que o precedem e o seguem” (Foucault, 2008a). Isso se reporta à mobilidade do discurso, o enunciado como acontecimento, movência discursiva. Então, que forças atuam sobre essa distribuição movente no discurso e que efeitos de sentido são produzidos por ela. A inteligibilidade das relações enunciativas e das relações de forças presentes nas práticas sociais contribui para depreender o processo de produção de subjetividade. A produção de subjetividade pode ser entendida, neste trabalho, como formas de relações humanas que o sistema capitalista produz, o modo de ser contornado pelo capitalismo. (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Quando citamos discurso, neste trabalho, tratamos de prática discursiva¹, compreendendo produção de textos e prática social de forma inseparável.

Para Foucault, há uma relação entre a verdade produzida histórica e socialmente e o poder. “A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e os efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.” (FOUCAULT, 1979). E a base para a constituição da verdade são as coibições, as forças para fazer valer um direito, ou para estabelecer uma ordem social, assim, a verdade produz efeitos de poder. Poder que talvez não se estabeleça hierarquicamente como, por exemplo, do Estado para o povo, mas que se desenvolve como efeitos das relações nas práticas sociais. As instituições, segundo ele, também produzem verdades submetidas a um constante incentivo econômico e político. A verdade induz e reproduz efeitos de poder, então, como entender a verdade na circulação e funcionamento dos enunciados?

Para Foucault torna-se importante investigar a constituição de uma articulação histórica entre objetos e sujeitos. Assim, menos nos interessa a essência do sujeito, e mais como ele se torna tal. Sujeito agente que participa das relações sociais, mas que,

¹ “A noção de ‘prática discursiva’ integra, pois estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro o que chamaremos de comunidade discursiva, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem na formação discursiva.” (MAINGUENEAU, 1989, p. 56).

simultaneamente, é efeito das práticas sociais. Da mesma forma o objeto, ele não preexiste, mas constitui-se nessa articulação. Então, não há um vínculo originário entre sujeito e conhecimento. A origem da verdade não está no sujeito, mas a verdade é produzida nas relações históricas, nas relações de forças e de poder, ou seja, nas práticas humanas. (CADIOTTO, 2006).

Encontramo-nos num contexto de evolução dos suportes de comunicação, oferecido pelos avanços da internet e o fácil acesso a mesma por meio dos smartphones, onde na palma da mão temos entrada a muitas informações, diversos textos, fontes e redes sociais. Nas redes sociais, muitos se autorizam a opinar, publicamente, sobre qualquer assunto e a compartilhar textos e imagens com grande potência de difusão.

Destarte, há uma necessidade de buscar entender de que forma esses avanços na comunicação corroboram para produção de sentido e de que forma eles se descrevem no sistema de dispersão discursivo. Como os enunciados produzidos nessas redes sociais funcionam na condição de auxiliares nos diferentes processos de subjetivação? Que efeitos surgem no processo de produção de subjetividade a partir do momento em que muitos se autorizam a opinar e a comentar sobre qualquer assunto, e, esses comentários são publicados e disseminados rapidamente?

Foucault (1979) traz-nos alguns questionamentos importantes com relação aos efeitos de poder produzidos na prática social e que não está dissociado da prática discursiva, pois, para o autor, o sistema de poder produz a verdade – um conjunto de procedimentos regulados – que induz e reproduz efeitos de poder. O regime de verdade é constituído por tipos de discurso aceito por determinada sociedade, sendo assim, o poder pode estar no discurso de cada um. Dessa forma, torna-se mais claro a importância de estarmos atentos à circulação dos enunciados e quais tipos de enunciados estão sendo acolhidos e disseminados na nossa comunidade.

Isso parece testificar não somente com a ideia de que o poder movimenta-se, circula, e não é algo vertical, imposto de cima para baixo, mas que se erige nas relações sociais, na circulação dos enunciados e que está intrinsecamente relacionada às relações de força e de poder no campo social. Que tipos de discursos a sociedade está acolhendo e fazendo funcionar como se fossem verdadeiros? Quais mecanismos estão sendo utilizados para distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos?

Essas questões parecem nos trazer uma possibilidade de afastar-nos de uma análise isolada, como tentativa de deslocar a continuidade do discurso, tratá-lo no jogo de sua instância. Assim, “acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos,

nessa pontualidade que lhe aparece e nessa dispersão temporal” (FOUCAULT, 2008a, p. 28). Então, atribuir ao enunciado condição de acontecimento é deslocar a ideia de que existe uma verdade pré-estabelecida, um modelo a ser seguido, é romper com o racionalismo que se sustenta em eleger verdades absolutas e um sujeito do conhecimento. Trata-se de não privilegiar estruturas fixas, descrição de estruturas internas e interpretações de um já-dito, simultaneamente, não dito.

O primeiro capítulo – PEQUISADORA E PESQUISA – trata da minha aproximação com a base teórica na especialização, da contextualização do tema e do motivo pelo qual o escolhi. Mais item 1.2 “A construção do caminho ao andar” refere-se à metodologia utilizada na pesquisa que se direciona pela noção de rizoma, o qual se sobressai o interesse de conexão entre conceitos sem a obrigação de um ponto de partida ou de uma hierarquização que favorece uma dimensão superior.

O segundo capítulo – AGENCIAMENTO E ENUNCIACÃO – constitui a parte teórica da pesquisa, na qual o agenciamento maquínico dos corpos e o agenciamento coletivo da enunciação são apresentados. Como também a importância do implícito, da transformação incorpórea e do discurso relatado, noções que contribuiram para as análises da primeira etapa. Acreditamos que o agenciamento e suas consequências podem contribuir para a compreensão da linguagem como intervenção, configurando o acontecimento manifestação em defesa da educação não apenas como um acontecimento narrado pela linguagem, mas também constituído pela mesma.

O terceiro capítulo – CONSEQUÊNCIAS DO AGENCIAMENTO: DISTRIBUIÇÃO MOVENTE NO DISCURSO E PROCESSOS RELATIVOS À SUBJETIVIDADE – é a segunda parte teórica do trabalho que diz respeito a entender como o discurso se distribui por meio das relações enunciativas e que forças atuam sobre elas. Atentamos para o caráter de acontecimento do enunciado, e discutimos sobre as “verdades”, reprodutoras de efeitos de poder, que circulam e produzem subjetividades na sociedade relacionada ao tema Educação e a configuração, no atual contexto, de adesão ao neoliberalismo.

O quarto capítulo – FORÇAS EM EMBATE E EFEITOS INCORPORAIS - trata das análises da primeira etapa. Análise da reportagem 1 “MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas” com a contribuição do discurso relatado e do implícito. Análise da reportagem 2 “MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’”. “Balbúrdia” como efeito incorporal atribuído às universidades federais, transformação incorpórea. A análise 3 compreende: a reportagem 3: *Mec recua de punir universidades por ‘balbúrdia’ e propõe corte linear*; a reportagem 4: *‘Não há corte, há*

contingenciamento’, diz ministro sobre orçamento das universidades federais; e a notícia: Bolsonaro diz que bloqueia verba da educação, porque precisa, mas chama manifestantes de ‘idiotas úteis’ e ‘massa de manobra’.

O sexto capítulo – A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ACIONADA PELO PROCESSO DE CONSENSO PERMANENTE NEOLIBERAL – é constituído pelas análises da segunda etapa. Análise de dois comentários da reportagem: *Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários*, um contra e outro a favor. A análise de um texto: *Bolsonaro versus reitores das universidades federais: A batalha anunciada*. Mais a análise de um vídeo.

A próxima seção revela como se tornou possível o meu encontro com o construto teórico. E situa-nos um pouco com relação à conjuntura do país a fim de contextualizar o tema no momento da pesquisa, período marcado por uma extrema polarização política no país que parece ter provocado vários embates no âmbito da educação. As atitudes do segundo ministro da educação do novo governo pareciam muito mais preocupadas com a defesa de uma ideologia, ou “sufocamento” de outra, do que com a educação brasileira. Dessa forma, dentro de uma perspectiva de produção de textos e efeitos de distribuição no discurso, recorri ao plano de governo do presidente Jair Bolsonaro, parte do tema educação do plano, a fim de tentar elucidar a questão: Por que uma crise envolvendo o contexto educacional logo no início do governo? O capítulo seguinte também aborda sobre a metodologia da pesquisa.

1 PESQUISADORA E PESQUISA

Neste capítulo, apresento minha aproximação com a base teórica que fundamenta esta pesquisa, busco situar-nos, contextualizando o momento da pesquisa e seu tema, e ainda abordo sobre a metodologia deste trabalho. Eu Tive acesso às leituras e aos conceitos dos autores Deleuze e Guattari no curso de especialização – Educação Básica: Gestão Escolar na UERJ- FFP. Percebi certa resistência por parte da turma de especialização com relação à discussão que os autores propunham, por outro lado, eu achava no mínimo desafiador.

Inicialmente, alguns conceitos desses autores foram apresentados por meio de outra autora Virgínia Kastrup, mas percebendo o meu interesse pelo ensino de língua materna, minha área de formação, minha orientadora, Rosimeri Dias, sugeriu-me a leitura das obras Mil Platôs, de Deleuze e Guattari vol.1 e vol. 2, onde pude encontrar novos modos de objetivar a língua e a linguagem. Foi uma leitura dura, mas o desafio parece ser importante na minha experiência com o conhecer. Uma das dificuldades foi exatamente o aspecto rizomático das obras, no qual um conceito faz referência a outros conceitos, ou seja, todos os conceitos trabalhados se conectam e convocam acontecimentos na configuração de um por vir.

Então, na especialização, pensando em prática como algo que deve estar intrincado à teoria, questionei como esse estudo trazido pelos autores poderia contribuir para um ensino de língua materna que se afastasse da lógica binária sustentada pelo pensamento hegemônico ocidental. Assim, não há como priorizar o estudo da gramática, pois se privilegia a produção de significações, o cultivo da linguagem e do discurso em um processo de construção que se configura em um contexto do acontecimento. O destaque da língua como unidade, como padronização e uniformização é uma questão política e não uma questão do conhecer.

Agora, no mestrado, proponho um percurso linguístico nessa intrigante subversão do pensamento hegemônico ocidental. Um dos aspectos importantes é recusar a ideia de identidade como algo primordial no sujeito, ideia que talvez nos acomode a conceber a noção ideológica como firmamento de uma eterna luta, uma permanente oposição a alguma coisa. Esse aspecto trata da recusa do sujeito como fonte da verdade, porque experienciar o conhecer como multiplicidade, não depende de um ponto de partida ou de um ser primordial que configura aquilo que é pré-determinado. Também quero pensar na contribuição dessas teorias para a língua, a linguagem e o discurso, atribuindo, então, a essa tríade a noção de agenciamento, em que elas se intervêm constantemente, sustentadas na mobilidade das formas que as constituem e na multiplicidade das significações.

Não tenho pretensão de mudar o mundo, mas se o poder é produzido por jogos de força, espero que minha pesquisa possa ser um pequeno vetor, não para a conscientização de algo, contudo, para que a forma de entendermos o conhecimento se distancie desse pensamento hegemônico, excludente e cruel, como também o nosso saber linguístico.

1.1 Contextualização

No contexto de uma crise político-econômica que se tornou evidente a partir de 2014, ocorreram várias manifestações populares durante o ano de 2015 no Brasil, que revelavam uma segmentação do povo brasileiro. O povo clamava por mais segurança e pelo combate à corrupção. Com processo de impeachment já em andamento, a polarização política entre direita e esquerda tomou maior forma no meado do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, quando houve um grande ato político. De um lado, brasileiros defendiam a Lava Jato, operações da Polícia Federal, e elegiam o juiz Sergio Moro como herói nacional; do outro lado, brasileiros criticavam as atitudes do juiz Sergio Moro, acusavam-no de extrapolar as exigências de seu cargo, acreditavam que regras básicas do Estado democrático de Direito estavam sendo atingidas e chamavam a possível destituição da presidente Dilma de golpe.

Vivemos um momento, a nível mundial, de crises: humanitária, política, econômica, de segurança, de saúde e de educação. O fenômeno do neoliberalismo avança em adeptos, os quais o anseio por “ordem” nos parece ser a causa. No Brasil, um candidato de extrema-direita é eleito à presidência no ano de 2018 e sua vitória talvez tenha se dado devido ao acolhimento do discurso de combate à violência e à corrupção, pois era o que o povo ansiava e o que compôs suas promessas de campanha. Durante as campanhas presidenciais, percebemos uma intensificação dessa divisão que angustia a muitos e parece não ter fim.

Portanto, como pesquisadora e como professora, o que me implica, no momento, são as ações que esse governo vem praticando com relação à educação e, especialmente, com as universidades públicas federais. No início do governo, o presidente Jair Bolsonaro manifestou ações minimamente contraditórias com relação à educação. Houve uma crise interna no MEC e a troca de ministro. O novo ministro, Abraham Weintraub, logo, anunciou cortes orçamentários a algumas universidades que não apresentassem “desempenho acadêmico

esperado”; depois, o MEC anunciou corte linear (para todas as universidades); dentre outras coisas.

No dia 30 de abril de 2019, durante uma entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse: “Universidades que em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas.” Fala que repercutiu grandemente. Alguns dias depois, sendo mais exata, na tarde do dia 08 de maio, o professor associado da UFMG e cientista da computação, Fabrício Benevenuto, criador de uma ferramenta capaz de elencar os conteúdos mais compartilhados no aplicativo WhatsApp Monitor, notou algo diferente, notou que as imagens mais compartilhadas no seu sistema mostravam universitários nus, teses com nomes esdrúxulos e desenhos ridicularizando estudantes de humanas. Grupos digitais difundiam a mensagens com afinco, endossando a fala do Ministro da Educação de que as universidades públicas se tornaram um lugar de balbúrdia.

Posso testemunhar aqui esse fato, pois esses conteúdos chegaram ao grupo da minha família, o qual eu era integrante. No grupo, havia algumas pessoas que aderiram à campanha de Jair Bolsonaro nas eleições e que compartilharam esses conteúdos no grupo do WhatsApp da família. Tentei posicionar-me levantando algumas questões sociais de forma a não aflorar uma polarização. Infelizmente, o material que surgiu naquele momento, talvez tenha se perdido, não pude recuperar. Contudo, o que mais me chamou atenção não foi o fato de eles defenderem o contingenciamento na educação e maior investimento no Ensino Básico, mas, além de, eles endossarem a fala do ministro da educação compartilhando absurdos descontextualizados sobre as universidades, uma pessoa (do grupo) defender o voucher educação.

Também em uma fila, conheci uma mulher que me disse ser a favor da privatização das universidades. O motivo dessa opinião, segundo ela, era que existe muita desigualdade quanto ao ingresso às universidades, pois a maioria que consegue ingressar pertence à classe média e as pessoas que pertencem à classe baixa precisam trabalhar para pagar cursos de baixa qualidade em universidades particulares, como aconteceu com ela. Então, o argumento dela era que com a privatização das universidades, haveria mais “igualdade” porque todos pagariam, igualmente, seus estudos e a concorrência garantiria a qualidade das universidades. E citou um país, o Canadá, como modelo.

O que pude observar é que tanto no grupo do WhatsApp da família quanto nesse encontro com uma senhora na fila, o que estava como base da motivação de tais discussões era a corrupção. Acredito que seja consensual o anseio por dignidade e que é evidente que a

corrupção é um obstáculo que interfere na qualidade de vida social, pois é como um “fungo” que contamina qualquer prática governamental e social. A corrupção fragiliza a democracia e talvez faça a razão de governar se esvaziar.

Entretanto, a preocupação do discurso da falta de honestidade está na convicção de que se deve erigir um modelo, que reforça o capitalismo, um modelo que tem a concorrência como princípio. Ou seja, o problema está no que as pessoas estão elegendo como verdade para se afastar da corrupção a ponto de exaurir seus direitos sociais. Será que podemos diminuir a desigualdade sufocando os direitos sociais e garantindo o princípio da concorrência? Valerá a pena entrar nesse jogo efetivo de desigualdades? De que forma o neoliberalismo pode reduzir a corrupção? Talvez a renúncia aos direitos sociais provoque a sensação de afastamento da corrupção, já que se anseia por uma “política social privatizada” que tem como instrumento o seguro individual e a propriedade privada. (FOUCAULT, 2008).

1.1.1 Pistas sobre o plano do novo governo para a educação

Como este trabalho trata do tema Educação e também das consequências do agenciamento sendo uma delas as distribuições moventes no discurso, torna-se interessante registrar parte do plano de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Na sociedade as relações de forças se dão por meio das práticas discursivas e esse plano da educação não retrata ou representa algo, mas compõe a prática social e as ações desse governo que se instaurou em outubro de 2018. Portanto, a linguagem não está posterior aos acontecimentos, ela não possui apenas a função de informar, descrever ou narrar um fato anterior. Ela compõe o acontecimento. Este é um fragmento do texto sobre educação contido no plano de governo de Jair Bolsonaro, no qual foram suprimidas duas páginas referentes a dados:

A EDUCAÇÃO TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta!

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional. A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

O texto sobre a educação brasileira do plano de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL) relativiza os recursos gastos e o desempenho escolar, afirmando que recursos gastos são altos para um péssimo desempenho. Discussão alinhada à tecnocracia neoliberal, a qual entende que a transformação da escola é uma questão de gestão administrativa. O problema não está na falta de recursos, mas na falta de uma melhor gestão. Essa ideia tecnocrática na educação se afina a indicação do segundo ministro da educação, no qual o presidente Jair Bolsonaro, contrariando sua promessa de campanha de ministérios técnicos, convoca o economista Abraham Weintraub para o ministério da educação.

O texto ressalta a necessidade de mudança no conteúdo e no método de ensino. Ainda aponta como problema a doutrinação, a sexualização precoce e a indisciplina dentro da escola.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.

Dentre as soluções levantadas está a priorização da educação básica e o ensino médio/técnico, expurgar a ideologia de Paulo Freire, impedir a aprovação automática e a integração das três instâncias de ensino. Além disso, parece querer privilegiar as disciplinas de matemática, de ciência e de português em detrimento de outras disciplinas voltadas à ciências humanas. E, talvez, isso esteja relacionado à preocupação, exposta no texto, com o que chamam de doutrinação.

[...] Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas.

Quanto às universidades ainda há uma preocupação com a doutrinação: “um dos maiores males atuais é a forte doutrinação”. Então, não se trata apenas de uma mudança cultural nas estratégias de gestão, mas também um combate à “doutrinação” que revela um anseio por um processo de construção de hegemonia.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação. As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais *ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul*.

A preocupação com os avanços técnicos, a elevação da produtividade, desenvolvimento de novos produtos e fomentação de empreendedorismo parece condizer com o interesse pela implementação de uma forma-empresa nas universidades e pelo processo de desestatização das universidades. Outra característica do ideal neoliberal é levantar modelos, o texto destaca o Japão e a Coreia do Sul como modelos de educação a serem seguidos.

Segundo Peroni (2015), o ideário neoliberal compreende a implementação de políticas sociais como uma afronta à propriedade privada devido à redistribuição da riqueza socialmente produzida. O Estado, que conduz essas políticas e que regula a economia, comprometendo o livre mercado (protecionismo), deve ser culpado pela crise em diversas frentes. Então, promove-se a crença de oposição ao aparelho estatal e a defesa da privatização dos serviços públicos como uma única solução possível. À medida que a crise do capitalismo e a ideia de que a crise está no Estado e em seu aparelho avançam, ocorre um conflito entre o público e o privado. Podemos citar três formas possíveis de privatização na educação: privatização da oferta educacional; privatização da gestão da educação e privatização do currículo.

Dentro das ações da gestão da pasta no ministério de Abraham Weintraub estão alguns programas como: Novos Caminhos; Educação Conectada; Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e o Conta pra mim. E podemos destacar o programa Future-se, que parece está relacionado à privatização da gestão da educação. Esse programa é definido na página do site do MEC da seguinte maneira: “Future-se busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais. O programa se divide em três eixos: Gestão, governança e empreendedorismo; Pesquisa e inovação e Internacionalização.” Segundo Adrião (2018), a privatização da gestão da educação:

Refere-se à presença de corporações e segmentos associados na definição de propriedades educacionais e na implantação de sistemas ou procedimentos para o gerenciamento dessas prioridades, com interesses de lucro diretamente, quando mediando a compra de insumos e produtos ofertados por seus “parceiros”.

Portanto, essas são algumas pistas do plano do governo para a educação. Algumas ações minimamente contraditórias a respeito da educação realizadas como: crise interna no MEC; demissão do ministro Ricardo Vélez Rodrigues; o anúncio de cortes a algumas universidades públicas feitas pelo novo ministro, Abraham Weintraub, depois, o mesmo anuncia corte linear, publica vídeo para explicar com bombons que o contingenciamento é de

3,5 % e não 30% e anuncia que novos contingenciamentos poderiam ser feitos. Também uma postagem do presidente no Twitter: “O Ministro da Educação [@abrahamWeinT](#) estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.” Tudo isso, então, chamou minha atenção e fui acompanhando os acontecimentos sobre a educação e selecionando notícias e reportagens online.

1.2 A construção do caminho ao andar

Esta pesquisa é qualitativa e pretende construir práticas cartográficas², ou seja, acompanhar processos de constituição dos sentidos em torno do debate sobre educação. Uma decisão metodológica que não trata a totalização, e não foca na resolução de problemas. Metodologia coerente com a teoria, já que o método se distancia da concepção de representar objetos preexistentes, o processo é acompanhar a realidade e não representá-la. Nesse método não há, portanto, metas ou regras a serem determinadas. Nessa perspectiva, o método é um caminho a ser experimentado, ele é uma atitude.

A cartografia que é a proposta de metodologia deste trabalho é um dos princípios trazidos pelos autores, Deleuze e Guattari (1995a), para compor o conceito de rizoma. Um rizoma se constitui por ramificações, na qual não se sobressai a origem, o ponto de partida, mas as conexões que se ampliam e criam dimensões, qualquer ponto pode ser conectado a outro. Outro elemento do rizoma é a multiplicidade, que dispensa hierarquia e não se fundamenta em sujeito ou em objeto.

Assim, como estudo da linguagem, este trabalho não tem como determinação metodológica estabelecer quadros comparatórios ou descritivos, nem definir categorias ou listar recorrências. O interesse é sondar a potência da linguagem e revelar processos que operam sua multiplicidade. Quando subtraímos a ideia de representatividade e suplantamos o binarismo dos estudos da linguagem, ela desterritorializa o estado de coisas e as subjetividades.

² Deleuze e Guattari definem cartografia como um princípio que constitui o conceito de rizoma, tendo como principal característica não ser “justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 21).

Quanto à produção de dados neste trabalho, não nos preocupamos com a quantidade de textos em questão a serem analisados, mas propomos uma tentativa de afastarmo-nos da naturalização do material, portanto, de não “achatar” a materialidade linguística, descrevendo uma organização textual. Almejamos entender as forças institucionais que estão em jogo nessa produção de dados para a análise. E como este trabalho aborda o caráter heterogêneo da linguagem e a mobilidade do discurso, não vamos nos limitar apenas a uma entrada linguística, mas vamos nos enveredar por onde os vestígios dos efeitos do agenciamento podem nos levar.

Como produção de *córpus*³ para análise, para primeira etapa, selecionamos 4 reportagens extraídas da página eletrônica Google, além de uma notícia, e um vídeo do YouTube. Optamos por textos divulgados anteriormente ao evento e também no dia do acontecimento, manifestação em defesa da educação, ocorrido no dia 15 de maio, a partir do momento em que nos parece haver o início de uma tensão entre as instituições MEC e universidades federais. As alianças (governo e MEC) que se formam no embate são forças que por meio das enunciações contribuem para a constituição do *corpo manifestação*, uma força contrária a essas alianças parece se formar, inicialmente, nos discursos analisados nas reportagens 1 e 2. Alguns elementos, que corroboram com as análises 1 e 2 são: o discurso relatado, o implícito e a noção de transformação incorpórea. As análises estão organizadas em dois capítulos: o quarto e o quinto

O quarto capítulo – FORÇAS EM EMBATE E EFEITOS INCORPORAIS ATRIBUÍDOS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS - compreende as análises da primeira etapa. Análise da reportagem 1: *MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas*, é analisada com a contribuição do discurso relatado e do implícito. Análise da reportagem 2: *MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’*. “Balbúrdia” como efeito incorporal atribuído às universidades federais, transformação incorpórea. A análise 3 compreende: a reportagem 3: *Mec recua de punir universidades por ‘balbúrdia’ e propõe corte linear*; a reportagem 4: *‘Não há corte, há contingenciamento’, diz ministro sobre orçamento das universidades federais*; e a notícia: *Bolsonaro diz que bloqueia verba da educação, porque precisa, mas chama manifestantes de ‘idiotas úteis’ e ‘massa de manobra’*. Nessa parte da análise (3), o agenciamento maquínico dos corpos se destaca, visto que é o agenciamento que se refere à forma de conteúdo. É necessário sempre lembrar que os agenciamentos são independentes, mas não se separam,

³ Optamos por utilizar a palavra *córpus* na Língua Portuguesa.

introduzem-se constantemente. Na reportagem 4, por exemplo, há um embate entre ministro e mídia por causa da escolha da palavra, revelando uma preocupação com o significado; e na notícia temos novamente o elemento: transformação incorpórea.

O quinto capítulo – A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ACIONADA PELO PROCESSO DE CONSENSO PERMANENTE NEOLIBERAL – é constituído pelas análises da segunda etapa. Análise da reportagem: *Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake News para atacar universitários*, e dois comentários sobre a reportagem, um contra e outro a favor. Análise de um texto: *Bolsonaro versus reitores das universidades federais: A batalha anunciada*.

O próximo capítulo “AGENCIAMENTO E ENUNCIÇÃO” refere-se à fundamentação teórica deste trabalho. Ele primeiro trata do conceito central desta pesquisa, o agenciamento, e de noções importantes para a primeira etapa das análises, como: o implícito, a transformação incorpórea e o discurso relatado. A efetuação do agenciamento na linguagem possibilita-nos a entendê-la como ação, palavra de ordem, ou seja, atos que por meio de uma obrigação social se relacionam com o enunciado. A linguagem não se limita ao aspecto da informação ou da comunicação, ela dá ordens à vida e vai sempre de um dizer a um dizer. Por conseguinte, o que qualifica o enunciado como palavra de ordem não é sua forma explícita como, por exemplo, enunciados no imperativo, mas sua relação com o implícito, e sua característica instantânea da transformação incorpórea.

2 AGENCIAMENTO E ENUNCIÇÃO

Neste capítulo, abordamos o conceito agenciamento e sua natureza coletiva. Apesar de não negarem, Deleuze e Guattari (1995) dizem que, somente, há individuação quando o agenciamento coletivo impessoal o exige, pois não se trata de um “sujeito preexistente”, mas de um “devir singular de alguém” que pertence ao coletivo, “concerne a todos”. (ZOURABICHVILI, 2004, p.10). Além disso, é necessário entender que em um agenciamento, as formas são consideradas independentes, mas ele só existe pela imanência dessas formas ao eixo dos graus (variáveis). A seção 3.1.1 *O implícito e a pragmática* discorre sobre a importância do implícito por permitir analisar as relações imanentes dos enunciados com os atos e a impossibilidade de tratar a língua independente da pragmática. E a 3.1.2 *Transformação incorpórea* versa sobre a relação instantânea do enunciado, que define os atos em movimento em uma sociedade.

2.1 Agenciamento

O agenciamento é o conceito central deste trabalho, porque permite revelar a potência da linguagem, sua capacidade de operar multiplicidades. O agenciamento permite isso porque, como já foi dito, anteriormente, compreende que a dimensão verbal está em constante interação com os fatores extralinguísticos. “Na realidade, a disparidade dos casos de agenciamento precisa ser ordenada do ponto de vista da imanência, a partir do qual a existência se mostra indissociável de agenciamento variáveis e manejáveis que não cessam de produzi-la.” (ZOURABICHVILI, 2004, p.9). Essa noção (agenciamento) livra-nos das “amarras” dos estudos tradicionais da linguagem como, por exemplo, o estruturalismo e o gerativismo.

O estruturalismo que conduz os estudos a dependência das formas de expressão e de conteúdo, reforçando dicotomias como significante e significado, que nos coloca na posição de pensar a linguagem como reprodução do real, a significância como algo homogêneo e o significado como prévio e estável. E o gerativismo que contempla a lógica da árvore, complexos codificados distribuídos numa estrutura sintática, que serve a uma lógica da reprodução, tendo como objetivo descrever um estado de fato. A lógica da árvore “consiste

em decalque algo que se dá já feito, a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como folhas da árvore.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 a, p. 21)

A perspectiva rizomática recusa as dicotomias, pois subtrai o aspecto representativo e o aspecto de subjetivação individual da enunciação que tradicionalmente são atribuídos à linguagem. O racionalismo⁴, que adere ao modelo representativo, entende o sujeito como um ser essencial, fonte do conhecimento e da verdade. Assim, ele investe em um sujeito da enunciação como centro de origem do discurso. Para o agenciamento, não interessa o sujeito como origem da verdade, um ponto de partida ou uma dimensão superior, pois isso impede o processo de inteligibilidade do caráter social da enunciação e a abertura da linguagem à multiplicidade.

Outro impedimento para conectar linguagem e multiplicidade é priorizar a uniformização da língua, entender a língua como uma unidade padronizada é um ponto de poder, por isso nessa perspectiva a linguagem não possui um ponto de partida e não estabelece uma oposição entre constante e variável. Dessa forma, o significado não é pré-estabelecido e as significações contemplam a multiplicidade. Linguagem que desterritorializa as coisas e as subjetividades ou que pode operar seus segmentos estanques, segmentos reterritorializantes que se chocam com as singularidades. “Palavras e coisas fazem processo entre si”, um processo contínuo de invenção, no qual “enunciados e estados das coisas encontram-se em cofuncionando”, em agenciamentos. (ALMEIDA, 1998).

Deleuze e Guattari nos convocam a pensar a natureza do conhecimento com um conceito da natureza biológica, rizoma. O rizoma possui formas diversas e ramificações, é um conceito que convida ao múltiplo. Essa noção filosófica subtrai “o único da multiplicidade a ser constituída” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 a, p. 15); não permite uma dimensão superior, sendo assim, não permite uma composição de hierarquia. Os autores estabelecem alguns princípios para esse conceito, um deles é o da multiplicidade, que não se sustenta em sujeito e nem na dicotomia sujeito e objeto, mas em dimensões, que mudam sua natureza à medida que as conexões se ampliam. Claro que, segundo os autores, a unidade pode aparecer na multiplicidade como uma tomada de poder pelo significante.

A perspectiva do agenciamento pode contribuir para a linguística e para análise do discurso, visto que esse segmento coletivo ou semiótico “pode dar conta do caráter social da

⁴ “A abordagem idealista-metafísica vem a ser, desde a antiguidade – aliada, nos tempos modernos, ao racionalismo – a forma de pensar predominante no Ocidente. Esse pensamento, herança da filosofia platônica, concebe a existência de dois mundos: o das essências e o sensível. Aquele se reporta à verdade, aos modelos, à perfeição, aos ideais únicos, universais, eternos” (COIMBRA; LEITÃO, 2003, p. 9-10).

enunciação”, pois não se limita à produtividade da linguagem, o agenciamento coletivo remete-se ao regime de signos. (Deleuze; Guattari, 1995). Talvez seja necessário o linguista não apenas afirmar a heterogeneidade da linguagem, mas desvencilhar dela aquilo que a limita como instrumento de informação ou de comunicação. E superarmos a ideia de que a linguagem tem apenas a função de descrever ou de reproduzir um fato anterior.

Essa noção (agenciamento) pode ser entendida como um “mecanismo”, o qual possui dois eixos. De acordo com Deleuze e Guattari (1995), um eixo é composto pelas formas de conteúdo e de expressão que são independentes e revezam-se ou se introduzem sem cessar por intervenção de outro eixo, eixo dos graus. O eixo dos graus mobiliza as formas, operando a *desterritorialização*, que precipita uma forma sobre a outra, ou, ao contrário, estabiliza-as, operando uma *reterritorialização*. A desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis, que tem como referência o território. O primeiro é um movimento pelo qual se abandona o território e o segundo é um movimento que o constrói.

É importante ressaltar que a desterritorialização está sempre acompanhada pela reterritorialização, portanto, a noção de reterritorialização não possui em si um sentido negativo, mas necessário para a realização da desterritorialização. Além disso, a reterritorialização não está ligada ao retorno de uma territorialidade primitiva. Entretanto, Guattari e Rolnik (1996) expõem a preocupação do capitalismo em reterritorializar toda e qualquer alternativa ou processos de desterritorialização que escapem à sua lógica, pois segundo os autores, há um intenso esforço por parte das classes capitalistas em recuperar o controle da produção e das relações sociais.

Ainda a respeito do eixo dos graus, ele estabelece as variáveis das formas. As variáveis de expressão são fatores interiores à enunciação e estão relacionadas ao *agenciamento coletivo de enunciação*. Já as variáveis de conteúdo remetem-se ao *agenciamento maquínico dos corpos*. Como os autores apontam: “O que denominamos circunstâncias e variáveis são esses próprios graus. Existem *variáveis de conteúdo* que são proporções nas misturas ou agregados de corpos, e existem *variáveis de expressão*, que são fatores interiores a enunciação.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29).

O agenciamento contribui, nesta pesquisa, à medida que não prioriza o significado como estabilidade prévia, abrangendo a noção de mobilidade das formas, na qual se desvela a multiplicidade de significações. Deleuze e Guattari (1995) expõem o baixo interesse dos linguistas em analisar o caráter social da enunciação. Eles afirmam que “não existe enunciação individual nem mesmo sujeito da enunciação”. Claro que, produzimos discursos e contribuimos para sua circulação, mas não somos sujeitos da enunciação, porque a enunciação

não pertence a nós e, sim, ao agenciamento que é impessoal. Então, os autores trazem um conceito complexo (agenciamento coletivo da enunciação) para dar conta do caráter social da enunciação.

É bem verdade que a enunciação é *responsiva*⁵. E que somos a todo tempo afetados e multiplicados, estamos em constante mudança, portanto, não somos mais nós mesmos. Assim, não há qualquer importância em afirmar o Eu, pois quando reforçamos o Eu, negamos a multiplicidade (Deleuze e Guattari, 1995). É, portanto, essa necessidade de unidade que abrange a lógica binária da dicotomia que domina nossa forma de conhecer e, inclusive, a disciplina Linguística.

Segundo os autores:

Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação. Entretanto, existem relativamente poucos linguistas que tenham analisado o caráter necessariamente social da enunciação. É porque esse caráter não é suficiente por ele mesmo, e pode, ainda, ser extrínseco: assim, ou se fala demais ou muito pouco sobre ele. O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos agenciamentos coletivos. Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina (DELEUZE E GUATTARI, 1995, vol.2, p. 17-18).

A citação acima pode contribuir para entendermos a enunciação como algo coletivo, visto que o que parte do individual, nessa perspectiva, pertence ao coletivo. A identidade não é prioridade, a subjetivação individual não é destacada. Assim como, a palavra de ordem, atos de fala que se realizam no enunciado, também não se reduz somente a comandos. O agenciamento é impessoal e exigirá ou determinará a individuação do enunciado, assim, se compreende o conceito de atribuição da individualidade, recusando o sujeito individual. Dessa forma, para os autores, relacionar a enunciação a um sujeito “é fechar a língua sobre si”, é a desvalorização da pragmática, porque a linguagem quando não entendida como um “funcionamento” em que a circunstância não é somente exterior, não alcança o caráter social da enunciação. Como os autores bem apontam, o que há é “um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18)

Uma língua parece se definir pelas constantes fonológicas, semânticas, sintáticas que coexistem em seu enunciado, o agenciamento coletivo, ao contrário, concerne ao uso

⁵ BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 261-270.

dessas constantes em função das variáveis interiores à própria enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 25).

Conforme a citação acima, a língua está intrínseca ao discurso, pois é interior à enunciação. O agenciamento coletivo, ou regime de signos, compreende língua e linguagem e efetua a condição da linguagem. Assim, a língua parece não ser apenas a materialidade do discurso, a língua, que tradicionalmente se define como constante, constitui o discurso, porque em um agenciamento coletivo da enunciação as constantes estão em favor das variáveis, não havendo separação entre língua, discurso e enunciação. Portanto, o ato da linguagem não é representar ou referir, mas intervir.

[...] Um agenciamento de enunciação não fala “das” coisas, mas fala *diretamente* os estados de coisas ou estados de coisas ou estados de conteúdo, de tal modo que um mesmo x, uma mesma partícula, funcionará como corpo que age e sofre, ou mesmo como signo que faz ato, que faz palavra de ordem, segundo a forma na qual se encontra (como no conjunto teórico-experimental da física). (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 28).

Portanto, no complexo do agenciamento, expressão e conteúdo introduzem-se num processo de pressuposição recíproca, submetidos aos graus que se referem aos fatores externos (circunstância) e intervêm nas formas, tornam-nas variáveis, ou seja, constitui-se uma pragmática interna. As variáveis de expressão ou de enunciação são imanentes à língua, estão internas a ela e é o que a coloca em relação com o exterior. Não há ato de enunciação fora das circunstâncias, mas é a língua e suas variáveis que tornam o enunciado o que é. Assim, a língua é entendida como heterogênea, que contempla a multiplicidade, pois possui como valor a pragmática e as variáveis.

2.1.1 O implícito e a pragmática

Deleuze e Guattari defendem a relevância dos valores pragmáticos não ficarem presos apenas à exterioridade de fatores não linguísticos. Os fatores não linguísticos, ou seja, as circunstâncias exteriores – acontecimentos – são atravessadas pela linguagem, assim como a linguagem é atravessada pelas circunstâncias, então, as circunstâncias não são consideradas apenas algo exterior. Para eles: “[...] a pragmática não recorre simplesmente às circunstâncias

externas: destaca variáveis de expressão ou de enunciação que são para a língua razões internas suficientes para não se fechar sobre si”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.21).

As variáveis pragmáticas de uso formam os *pressupostos implícitos*⁶. Assim, avaliamos a relação de alguns enunciados com implícitos presentes em nosso cópuz, nas vozes reportadas, valorizando suas implicações pragmáticas, pois segundo os autores, um enunciado deve ser avaliado por meio de seus pressupostos implícitos:

Um tipo de enunciado só pode ser avaliado em função de suas implicações pragmáticas, isto é, de sua relação com pressupostos implícitos, com atos imanentes ou transformações incorpóreas que ele exprime, e que vão introduzir novos recortes entre corpos. A verdadeira intuição não é o juízo de gramaticalidade, mas a avaliação das variáveis interiores de enunciação em relação ao conjunto das circunstâncias (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 23).

Tratamos o implícito de forma a não conduzi-lo a uma oposição entre o implícito não discursivo e o implícito discursivo, pois não nos referimos a um código, mas a um agenciamento complexo, no qual as formas interagem constantemente, não prevendo separação entre plano da significação e o plano da enunciação. Segundo os autores, a palavra de ordem é definida pelos pressupostos implícitos, atos de fala que se realizam no enunciado. (Deleuze; Guattari, 1995, p.16). Talvez ao analisar as relações de enunciados com os implícitos possamos destacar as palavras de ordem presentes nos enunciados, e, conseqüentemente, as “obrigações sociais” que as invocam.

Os autores, além de valorizarem a ideia de pragmática, ampliam essa concepção como um complexo no tratamento da problemática da linguagem. Quando digo “Eu juro” em diferentes circunstâncias como na família, na escola ou no tribunal não somente as circunstâncias não são as mesmas, mas o enunciado também não é o mesmo, e a enunciação é a razão disso. Então, o “Eu juro” no contexto escolar é diferente do “Eu juro” no tribunal, essa diferença ocorre devido ao aspecto social da enunciação, que incorpora a circunstância. Pensamento que permite que a linguagem funcione num campo da diferenciação, abrindo espaço para potência da linguagem em seu funcionamento intensivo.

É menos uma preocupação com a gramaticalidade e mais com as implicações pragmáticas, em um sentido mais extensivo, o qual não se considera a mudança somente como um fator exterior. Mas a mudança abrange também a enunciação. Trata-se de desnaturalizar os fatores linguísticos como constantes que se atêm às dualidades, deslocando-os de um conjunto de constantes e de sua permanência linear.

⁶ DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

Então, abre-se a possibilidade de compreensão da heterogeneidade da linguagem, valorizando-se a pragmática. Rocha e Deusdará⁷ discutem a articulação entre os planos linguísticos e extralinguísticos. Os autores destacam a linguagem como protagonista da produção do real, afirmando a multiplicidade sobre a estabilidade do sentido. Neste trabalho, no qual propomos pensar a questão discursiva dentro dessa perspectiva de “coengendramento entre o verbal e o mundo” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2013), torna-se imprescindível entendermos essa heterogeneidade da linguagem, além da importância de negarmos a linguagem puramente como informação ou comunicação. A linguagem é palavra de ordem, agenciamentos de enunciação.

Destarte, é nisto que apostamos nessa pesquisa: não há ato de enunciação fora das circunstâncias. Não cabe aqui a precedência dos acontecimentos sociais quanto à produção de enunciados, como também não cabe a precedência da língua em relação ao mundo, mas o coengendramento de ambos. A linguagem é acontecimento. E, é dentro dessa perspectiva da mobilidade e da multiplicidade da significação que optamos por compreender os processos de produção de sentido, afastando-nos da lógica binária, que se resguarda na concepção de língua como sistema de signo, e colabora para a concepção dicotômica da linguagem.

Nessa perspectiva, a linguagem atinge o real, *máquina abstrata*⁸, a língua desloca-se da permanência linear. A língua é acontecimento, fazendo conexão com o social, produz relações e práticas. A definição de máquina abstrata, segundo Deleuze e Guattari (1995), está correlacionada com a ideia de agenciamento e remete-se a impulsionarmos a língua à abstração, compreendendo que as variáveis de expressão e as variáveis de conteúdo estão em perpétua interação, pois as variáveis de expressão são interiores à própria enunciação. Deleuze e Guattari (1995, vol.1, p.15) afirmam a importância de “atingir a máquina que opera a conexão de uma língua com conteúdos semânticos e pragmáticos de enunciados com agenciamentos coletivos de enunciação com toda uma micropolítica do campo social”.

⁷ Textos dos autores que contribuem para pensar a linguagem como parte da produção de mundo: DEUSDARÁ, B.;ROCHA, D. O. S. *A interface linguagem/mundo como produção simultânea*: quando estudantes enfrentam a administração central em uma universidade pública. Gragoatá (UFF), v. 34, p. 263-280, 2013. DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. *Corpos em encontro e efeitos incorporais*: articulação linguagem/extralinguístico. Revista Psicologia & Sociedade, 28(2), Rio de Janeiro, 331-340. 2016.

⁸ “É preciso que se lembre que o abstrato em Deleuze é absolutamente o real”.(ALMEIDA, 1998).

2.1.2 Transformação incorpórea

Deleuze e Guattari (1995) afirmam que os agenciamentos não cessam de variar, porque são submetidos à transformação. O enunciado necessita das circunstâncias, porém não se trata apenas de circunstâncias exteriores, pois a transformação se refere aos corpos, mas ela mesma é incorpórea, interior à enunciação. Dessa forma, o ato é o “expresso” de um enunciado, os atos se definem pelo conjunto das transformações incorpóreas, ou seja, atributos não corpóreos em direção a uma sociedade, e que se atribuem aos corpos dela.

[...] Quando Ducrot se pergunta em que consiste um ato, ele chega precisamente ao agenciamento jurídico, e dá como exemplo a sentença do magistrado, que transforma o acusado em condenado. Na verdade, o que se passa antes – crime pelo qual se acusa alguém – e o que se passa depois – a execução da pena do condenado – são ações-paixões afetando os corpos (corpo da propriedade, corpo da vítima, corpo do condenado, corpo da prisão); mas a transformação do acusado em condenado é um puro ato instantâneo ou um atributo incorpóreo, que é o expresso da sentença do magistrado. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18-19)

Na citação acima, Deleuze e Guattari (1995) fazem referência ao linguista Ducrot, quem exemplifica o expresso da sentença do magistrado, que eles definem como um ato instantâneo, remetendo à transformação do acusado em condenado. Diferentemente, da mistura dos corpos, ou seja, da trama dos corpos que constitui a forma de conteúdo, a natureza da transformação incorpórea é acontecimento. Então, o exemplo do veneno que se espalha pelo corpo e o da gota de vinho que se verti na água é mistura dos corpos, agenciamento maquínico dos corpos. Mas, os exemplos, “o punhal que corta a carne”, “água se torna vermelha, remetem aos enunciados, encadeamento dos expressos, que são atribuídos aos corpos e apenas são ditos dos corpos.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 26). Na definição dos autores transformação incorpórea é:

[...] reconhecida por sua instantaneidade por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que exprime e do efeito que ela produz; eis por que as palavras de ordem são estritamente datadas, hora, minuto e segundo, e valem tão logo datadas. O amor é uma mistura de corpos que pode ser representada por um coração atravessado por uma flecha, por uma união de almas etc; mas a declaração “Eu te amo” expressa um atributo não-corpóreo dos corpos, tanto do amante quanto do amado [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 19)

Os autores propõem dar à palavra “corpo” um sentido mais geral, por exemplo, as almas são corpos. O atributo não corpóreo é um ato instantâneo, porque há uma

simultaneidade do enunciado e do efeito produzido pela transformação incorpórea. Em um sequestro de avião, “a transformação dos passageiros em reféns, e do corpo avião é uma transformação incorpórea instantânea, um mass-media act no sentido em que os ingleses falam speech-act.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.19)

2.1.3 O discurso relatado

Maingueneau (1997) explicita a importância das marcas heterogêneas para as análises do discurso como, por exemplo, a noção linguística de discurso relatado (direto, indireto, indireto livre). Para ele, “as manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa” são os discursos direto e indireto. Além disso, afirma que o discurso direto não é mais fiel do que o discurso indireto, mas ambos são “estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação”. (MAINGUENEAU, 1997, p.85).

O discurso relatado é uma entrada linguística importante, porque ressalta o caráter heterogêneo da enunciação, o enunciado de outrem no interior de outro enunciado, é a redundância do ato com os enunciados. Mas, mesmo tendo caráter heterogêneo, o discurso relatado pode ser trabalhado para reafirmar o uno, a linguagem como informação. É nesse sentido, que Deleuze e Guattari afirmam que o discurso direto é extraído do discurso indireto. “O discurso direto é um fragmento de massa destacado, e nasce do desmembramento do agenciamento coletivo; mas este é sempre como o rumor onde coloco meu nome próprio, o conjunto das vozes concordantes ou não de onde tiro minha voz.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23).

Para os autores, “à medida que as operações de significância e os processos de subjetivação em um agenciamento se encontram distribuídos, atribuídos, consignados, ou à medida que as variáveis do agenciamento estabelecem relações constantes, por mais provisórias que sejam”, o discurso direto passa a ser extraído do discurso indireto. “O discurso indireto é a presença de um enunciado relatado em um enunciado relator, a presença da palavra de ordem na palavra. É toda a linguagem que é discurso indireto”. E é nesse sentido que se perde a necessidade de enfatizar o “EU”, e a preocupação com um sujeito da enunciação. (Deleuze e Guattari, 1995, p. 23).

O próximo capítulo aborda sobre os efeitos do agenciamento, isto é, a distribuição do discurso e os processos de subjetividades. Este capítulo está estreitamente relacionado à

problematização apresentada na introdução que destaca a necessidade de buscarmos entender de que forma os avanços na comunicação, como, por exemplo, as redes sociais da internet, colaboram para a produção de sentido no discurso e de que forma eles se descrevem no sistema de dispersão do discurso, ou seja, sua distribuição. E, sobretudo, entender que efeitos podem surgir no processo de produção de subjetividade a partir do momento que muitos se autorizam a opinar e a comentar sobre qualquer assunto. Parece que estamos em uma era pós-mídia onde a subjetividade está diante de uma facilidade incrível, por meio dessa evolução tecnológica, de uma reapropriação da mídia, mas que, no momento, não parece está desvinculada a homogeneização e a serialização do modo de ser produzido pelo capitalismo. Queremos examinar algumas possibilidades de produção de verdade dentro da perspectiva de um regime de signo (agenciamento), ou seja, tipos de discursos que estão sendo aderidos como verdadeiros por parte da sociedade e de que maneira estão sendo disseminados na movência do discurso. Examiná-los na “irrupção de seu acontecimento”. (FOUCAULT, 2008a). Também, nesse contexto, queremos saber como o sistema capitalista tem contornado as relações humanas (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Como ele tem produzido modos de ser, quando abrangido pelo neoliberalismo e sua característica do consenso.

3 EFEITOS DO AGENCIAMENTO: DISTRIBUIÇÃO MOVENTE NO DISCURSO E PROCESSOS RELATIVOS À SUBJETIVIDADE

Neste capítulo, vamos discorrer sobre as consequências do agenciamento. Como os autores, Deleuze e Guattari, não expõem sobre a distribuição movente no discurso, buscamos em Foucault a contribuição para esse estudo já que o autor é citado em *Mil Platôs*. Estudar a distribuição movente no discurso trata, nesse caso, de buscar compreender como o discurso por meio das relações enunciativas se distribui e como ele pode se configurar em sua irrupção de acontecimento. E quanto aos processos relativos à subjetividade trata de nos atentarmos para “as verdades” que estão sendo acolhidas e disseminadas e para os efeitos de poder que elas produzem. Outra consequência é a atribuição de individuação que se refere à maneira como a filosofia da diferença afasta-se da ideia de sujeito individual e essencial, desconfigurando um possível sujeito da enunciação.

3.1 O sujeito para Foucault, Deleuze e Guattari

Foucault, Deleuze e Guattari fazem parte do que chamam de filosofia da diferença, eles têm como interesse comum romper com o pensamento hegemônico ocidental que afixa o conhecimento como modelo de representação e valoriza a unilateralidade. Esse pensamento racionalista enfatiza formas dicotômicas, entre essas formas cartesianas está a separação entre sujeito e objeto, que torna a ciência racional e talvez controladora.

Ao contrário dos filósofos tradicionais, para Foucault, origem da verdade não está atribuída ao sujeito, não se estabelece um vínculo de origem entre o sujeito e o conhecimento. Então, menos interessa a essência do sujeito e mais como ele se torna tal. Sujeito agente que participa das relações sociais, mas que, simultaneamente, é efeito das práticas sociais. Portanto, importa investigar a constituição de uma articulação histórica entre objetos e sujeito.

Como afirma o autor:

Em suma, as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito - quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese. Nem o "conhecer", nem os "conhecimentos" (FOUCAULT, 2008a, p. 60).

Segundo Deleuze e Guattari, a importância de afirmarmos um EU, sujeito detentor da verdade, coloca-nos a sempre buscarmos um modelo, que é o que aprofunda a dificuldade de lidar e acolher o diferente, o que parece não ser aceitável para os autores já que para eles somos a todo tempo mudados. Portanto, ressaltamos o sujeito como origem da verdade para tornar imperceptível nosso agir, nosso pensar e nosso experimentar. Eles exemplificam com a metáfora de um livro. O conhecimento é um livro, ele não tem objeto nem sujeito, é um agenciamento.

Segundo os autores a realidade natural age como raiz que se ramifica e nos traz o conceito de rizoma. Pensamento que compreende a multiplicidade e recusa imitar o mundo. O pensamento não é dialético ou refletido. Para eles, “não existe nem nunca existiu ideologia” e “escrever nada tem a ver com significar, mas agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir”. A realidade não supõe unidade, nem sujeito, pois as multiplicidades são a própria realidade, assim, as subjetivações e unificações se produzem nas multiplicidades.

Deleuze e Guattari (1995) afirmam que há um equívoco da concepção ideológica do enunciado em acreditar que o conteúdo determina a expressão, fazendo o enunciado depender de um conteúdo econômico e enfrentar problemas inerentes à dialética. Ao entendermos as formas ou uma das formas (conteúdo/ expressão) como ideológicas, caracterizamos-las por meio de todas as lutas e, concomitantemente, as indeterminamos e as isentamos de qualquer luta. As formas não devem ser consideradas ideológicas, para que a linguagem não seja reduzida à abstração, como a produção de bens e de meios de produção.

Portanto, de acordo com os autores, para engajar a linguagem à luta, temos que remanejar a teoria da ideologia e romper com os esquemas de representação, de informação e de comunicação, porque esses esquemas quando aplicados à linguagem são ambíguos. Sendo assim, necessário fazer intervir as expressões e os enunciados na produtividade, sob a forma de uma produção de sentido. Segundo Guattari e Rolnik (1996, p.31), a subjetividade é gerada por agenciamento de enunciação, pois o processo de subjetividade (produção de sentido) é “descentralizado em relação à individuação”.

Nessa mesma perspectiva, Foucault (1979) afirma a ideia de que a dialética não poderia dar conta de compreender os conflitos, porque a dialética é uma forma de evitar a realidade fortuita dessa compreensão, reduzindo-a a forma idealizada da linguagem e do diálogo. Ainda, para ele, a noção ideológica parece dificilmente aproveitável, porque está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. E, portanto, o conhecimento não pode ser limitado à significação econômica.

3.1.1 Discurso e produção de subjetividade

O tema fundamental em *A arqueologia do saber*, no que concerne à análise do discurso, em Foucault, refere-se à tentativa de descrever relações entre enunciados no campo do discurso. Foucault nessa obra apresenta o discurso como um acontecimento que deve ser entendido dentro do aspecto das descontinuidades. Essa perspectiva apresenta o enunciado como uma unidade do discurso que existe como modalidade própria do conjunto de signos; “[...] modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer jeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível.” (FOUCAULT, 2008a, p. 130).

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

Na citação acima, Foucault (2008a) propõe problematizar “as formas prévias de continuidade” e examinar todas as possibilidades de produção de verdade, que são construídas e justificadas. Sendo assim, é necessário analisar em quais condições essas continuidades são legitimadas e quais não devem ser aceitas. Para deslocar a análise histórica do discurso da determinação e da busca da origem, o autor atribui ao enunciado a ideia de acontecimento. Enunciados como ação, acontecimento, pois, possuem condições de existência a partir de outros sistemas de enunciados. A função dos enunciados vai muito além da pronúncia de palavras e da restrição das frases e das orações. Todo enunciado é resultado de outros enunciados que o precedem e o seguem, isto é, ele se constitui num jogo de relações. O enunciado é um acontecimento e seu sentido não se esgota, mas está passível de repetições e transmissões, regularidades.

Portanto, nesse aspecto, busca-se entender as regras de formação dos enunciados, já que a preocupação está centrada nas relações do enunciado, suas relações de coexistência, de funcionamento e de correlação. Podemos questionar a partir do entendimento dessas relações, o que torna um enunciado verdadeiro. Quanto ao discurso, ele constitui-se por um conjunto de enunciado que pode se tornar um objeto de verdade dentro de um conjunto de outros

enunciados. O discurso é uma prática social que é constituída por um jogo de regras nas relações sociais, ou seja, regras que se dão no contexto social e histórico.

Numa visão mais genealógica de Foucault (1979), o poder está centrado no discurso que emerge das relações de poder. Os enunciados estabelecem jogos de regras, jogos de força, que podem atuar no modo de legitimação de estratégias e de táticas do poder. E, é o caráter de constante responsividade do enunciado que permite que o discurso esteja intrincado ao poder, assim não existe possibilidade do poder ser centralizado. A preocupação é como os discursos emergem no campo de forças sociais e como esses efeitos se desdobram no sujeito, produzindo subjetividades. Segundo Foucault, a verdade é produzida:

A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a produzem. “Regime” de verdade. Esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo [...] (FOUCAULT, 1979, p.71).

Para Guattari e Rolnik (1996), o sistema capitalista produz formas de relações humanas, da relação do homem com o mundo e do homem consigo mesmo, sendo assim, o capitalismo produz modos de ser, ou seja, subjetividades. Esses autores apresentam o capitalismo como um sistema que permanentemente busca reterritorializar as diferentes alternativas que fogem a sua lógica: “as classes capitalistas estão constantemente tentando “recapturar” os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta com isso, controlar todas as pulsões processuais (*ou phylum maquínico*) que trabalham a sociedade”. (ROLNIK; GUATTARI, 1996 p. 388).

Podemos ressaltar dois aspectos que suscitam o capitalismo, o *saber-poder* e o *não saber*. O primeiro aspecto está relacionado àquilo que pode ser modelo, à competência e à verdade. E o segundo é o aspecto da falta, do que pode ser visto como desqualificado, até mesmo perigoso. Esses aspectos contribuem para construir formas de pensar e de agir que são forjadas por diferentes práticas humanas, inclusive a prática discursiva (COIMBRA; LEITÃO, 2003).

Outra crença que o capitalismo aposta é o da essencialidade do sujeito que está ligado ao aspecto do saber-poder que implica o modo de ser do sujeito. Nesse modo de ser contornado pelo capitalismo, valoriza-se o privado, instituindo uma oposição entre território privado e espaço público. O território privado é considerado lugar de segurança e de saúde e o território público lugar de perigo, de doença e de barbárie, sendo, assim desqualificado.

Portanto, esses são alguns dos diferentes atravessamentos que constituem o processo de produção de subjetividade.

Atualmente, o neoliberalismo e a globalização parecem avigorar essas expressões capitalistas. E, ainda reforçam uma concepção de sociedade que tem como princípio a concorrência. Perspectivas neoliberais têm ganhado espaço no jogo de forças no campo social, como: Estado mínimo, nova ordem mundial, leis de mercado, competitividade, flexibilização, livre comércio, privatização, eficiência e eficácia. Assim, outras formas de controle e de regularização atravessam o processo de produção de subjetividades. Segundo Rolnik e Guattari (1996), o processo de subjetivação é descentralizado do sujeito e está relacionado ao que a ordem capitalista produz, os autores afirmam:

[...] Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada. (ROLNIK; GUATTARI, 1996, p. 42).

Segundo Foucault, em *Nascimento da Biopolítica*, o pensamento neoliberal constitui-se mais em uma análise de racionalidade interna, ou seja, está mais interessada na programação estratégica da atividade dos indivíduos, do que da lógica interna do processo da economia política. E, dessa forma, o neoliberalismo enfatiza o *homo oeconomicus* como sendo ele mesmo seu produtor, seu próprio capital, segundo o autor:

No neoliberalismo - e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai-se encontrar uma teoria do homo oeconomicus, mas o homo oeconomicus, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. (FOUCAULT, 2008, p. 310/311)

Outra característica do neoliberalismo é generalizar a análise econômica de mercado a fenômenos que se caracterizam por sociais. Característica que pode instituir discursos “verdadeiros”, isto é, tipos de discurso que ganham adesão em uma determinada sociedade, na qual tem como justificativa racional a economia de mercado para todos os níveis do corpo social, como se fossem verdades. A forma de economia de mercado como princípio de inteligibilidade no modo de ser de cada indivíduo e nas relações sociais. Foucault (2008) afirma que a instituição econômica produz o consenso, subproduto da adesão desse sistema liberal, no qual é o crescimento econômico e sua sensação de bem-estar que formará um ciclo de “instituição econômica-Estado” a “instituição econômica-adesão global da população”.

Outro efeito quanto à generalização da análise econômica de mercado é a possibilidade de ter a economia de mercado como subterfúgio para verificar e falsificar a ação do governo, estabelecendo, assim, uma ausência de limites de um governo. Foucault (2008) ressalta que as ações governamentais são conduzidas pela economia de mercado. O Estado deve governar para o mercado, por isso o problema “qual vai ser o tipo de delimitação” do governo. E, o mercado, para os neoliberais, tem como fundamento a concorrência que é o que assegura a racionalidade econômica.

[...] A concorrência é uma essência. Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência é um *eîdos*'. A concorrência é um princípio de formalização. A concorrência possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. Seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos (FOUCAULT, 2008, p. 163).

Dentro do contexto neoliberal, a regulação social está ligada a três pilares: o mercado, a concorrência e a forma “empresa” (FOUCAULT, 2008, p. 218). Nesse sentido, a sociedade idealizada é a empresarial, regrada pelo mecanismo da concorrência, característica essencial do mercado. A forma empresa incorporada socialmente num jogo concreto da desigualdade, pois é improvável que essa política tenha como objetivo a socialização de renda.

Na verdade, não se trata, como vocês veem, de constituir uma trama social em que o indivíduo estaria em contato direto com a natureza, mas de constituir uma trama social na qual as unidades de base teriam precisamente a forma da empresa, porque o que é a propriedade privada, senão uma empresa? (FOUCAULT, 2008, p. 203).

3.2 Distribuição movente no discurso e enunciado

Para Deleuze e Guattari, um dos resultados do agenciamento linguístico é a distribuição movente no discurso, acreditamos que para compreender essa noção Foucault possa contribuir, já que ele propõe em arqueologia do saber (1972) descrever relações entre enunciados no campo do discurso, tratando a formação discursiva. Segundo o autor, o enunciado não tem uma formação fixa, como também não possui uma característica de unidade, ou seja, não há possibilidade de vários enunciados formarem um conjunto referente ao mesmo objeto.

Os enunciados se encontram dispersos, pois não possuem um centro formador, nem mesmo o sistema dos conceitos pode centralizar e estabelecer um conjunto de enunciados, sendo assim, não é descrição ou coerência dos conceitos que encontramos uma unidade discursiva. Para Foucault, o que interessa com relação aos enunciados é “analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão”. Ele traz a questão do tema, um tema, certamente, não pode individualizar um discurso, pois o mesmo tema pode se desdobrar a partir de conceitos, análises e campos do objeto.

O enunciado não se define por um centro organizado, não está limitado a um ponto de originalidade estrutural. Ele possui caráter de acontecimento, como nos afirma Foucault (2008), [...] “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. O enunciado não possui uma unidade estrutural, porque ele é uma função de existência ligada aos signos. Ele é uma série de signo ou até mesmo um signo, que quando enunciado, possui um modo singular de existência.

É o enunciado que faz existir as formas sintagmáticas (conjunto de signos) e regras de construção, e permite que elas se atualizem. Nesse sentido, o discurso ultrapassa a simples referência à “coisa”, o enunciado não tem um correlato como a proposição tem um referente. Sua relação é singular, ele se relaciona com o que é posto em jogo por ele mesmo. Não “se trata da relação do significante com o significado, e do nome com o que designa, da relação da frase com seu sentido, ou da relação da proposição com seu referente.” (FOUCAULT, 2008).

Para o autor, a linguagem é constituída de práticas, há um mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas. Há uma constante articulação entre as práticas humanas. Há enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento, em seu caráter de acontecimento sempre haverá enunciados antes e depois deles mesmos. E analisar o discurso é compreender as relações históricas e de poder a partir das práticas discursivas, discursos que emergem no campo de forças sociais, onde se articulam as relações de poder.

O próximo capítulo é composto pelas análises da primeira etapa. Análises que nos revelam embates importantes no debate sobre educação, ou seja, algumas relações de poder estabelecidas na nossa sociedade a respeito desse debate. Uma rede discursiva que tem como materialidade textos jornalísticos que se relacionam com o contexto da “manifestação em defesa da educação”. Essa rede contribui para a construção de sentidos sobre o debate da educação e, dentro da perspectiva do agenciamento, para a possibilidade de por meio da relação entre o enunciado e o implícito, destacarmos as palavras de ordem estabelecidas pela

obrigação social e a necessidade de nos atentarmos para o que está sendo atribuído ao corpo de uma sociedade.

4 FORÇAS EM EMBATE E EFEITOS INCORPORAIS ATRIBUÍDOS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISES DA 1ª ETAPA

Neste capítulo, tratamos das análises da primeira etapa, buscando entender a produção de sentido no debate da educação em alguns textos jornalísticos. A escolha de textos jornalísticos sucedeu devido ao seu fácil acesso e grande circulação social. Dessa forma, houve o acompanhamento dos acontecimentos sobre a educação por meio de notícias e de reportagens pela internet. Os textos foram extraídos da página eletrônica Google e para essa etapa foram selecionadas 4 reportagens: **MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro – UOL Educação -26/04/2019; MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’.** – O GLOBO-30/04/2019; **MEC recua de punir universidades por ‘balbúrdia’ e propõe corte linear** – Isto é – 01/05/2019; **‘Não há corte, há contingenciamento’, diz ministro sobre orçamento das universidades federais.** - G1- 7 de maio de 2019; e uma notícia: **Bolsonaro diz que bloqueia verba da educação, porque precisa, mas chama manifestantes de ‘idiotas úteis’ e ‘massa de manobra’.** G1 15/05/2019. Esses textos foram escolhidos por apresentarem indícios de confrontos presentes no tema sobre a educação, que podem contribuir para problematizarmos quais relações de forças configuram esse contexto atual no Brasil. Portanto, levantamos uma rede discursiva, ou seja, parte de uma movimentação discursiva na tentativa de investigarmos a linguagem como parte da produção do evento “Manifestação em defesa da educação”, ocorrido no dia 15 de maio de 2019.

4.1 Análise 1 (reportagem 1)

Reportagem1: MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro – UOL Educação -26/04/2019.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse hoje que o MEC (Ministério da Educação) estuda “descentralizar o investimento em faculdade de filosofia e sociologia”. De acordo com ele, o objetivo é “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinário, engenharia e medicina”.

A retirada de investimento em cursos área de humanas, segundo o presidente, seria para “respeitar o dinheiro do contribuinte”.

Isso se daria, disse em mensagem publicada em sua página no Twitter, através de ensinar “para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.

Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro·26 de abr de 2019 O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta. 48 mil 06:53 - 26 de abr de 2019...

4.1.1 Discurso relatado: a natureza heterogênea da linguagem e a reterritorialização

Como os textos analisados são jornalísticos, especificamente do gênero reportagem, o enunciador será, portanto, o jornalista. Na reportagem 1, ocorre o discurso relatado, dispositivo linguístico que permite a inscrição de outra(s) voz(es) no texto, em que a voz do presidente é inscrita: O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse hoje que o MEC (Ministério da Educação) estuda “descentralizar o investimento em faculdade de filosofia e sociologia”.

Observamos que apesar de o texto se estruturar, inicialmente, como discurso indireto, estrutura identificada por *verbo dicendi + que*, percebemos uma mudança para forma mais direta do discurso com o recurso das aspas em praticamente todo o período, pois o verbo também deveria estar incluso já que pertence à voz reportada. Então, para alterar o sujeito o enunciador utiliza inicialmente o discurso indireto, ele prefere generalizar, de sujeito ministro para sujeito MEC (instituição), o que a voz citada parece querer particularizar.

F1 “O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse hoje que o MEC (Ministério da Educação) estuda “descentralizar o investimento em faculdade de filosofia e sociologia”.

No segundo período do mesmo parágrafo, o enunciador utiliza a modalização para discurso segundo, que é uma forma mais indireta de atribuição da voz do outro, mas também altera para o discurso direto com o mesmo recurso das aspas, assim como no segundo e terceiro parágrafos. Além disso, o enunciador opta por colocar o texto original do Twitter no corpo da reportagem.

F2 “De acordo com ele, o objetivo é ‘focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinário, engenharia e medicina’”.

O efeito dessas estratégias é de afastamento do enunciador em relação ao relato, isto é, certo apagamento do enunciador, o que demonstra a preocupação do citante (jornalista) em reafirmar que tal discussão no fio de sua enunciação é a voz do outro, atribuindo ao discurso citado o caráter de verdade, aumentando, assim, a precisão da origem da informação. A produção desse efeito parece ser uma reação a um discurso que circula atualmente, afirmando que a grande mídia falta com a verdade.

Abrindo uma observação, essa reportagem ratifica a clara preferência do atual presidente Jair Bolsonaro em comunicar-se por meio de suas páginas nas redes sociais, desviando-se do que seria mais formal ou convencional, utilizar-se da imprensa para se comunicar com o povo brasileiro. O que nos leva a questionar que efeitos são produzidos nessa forma de comunicação escolhida por um chefe de estado? Quem são os interlocutores? Em uma perspectiva de Deleuze e Guattari (1995), podemos dizer que a escolha da forma de comunicação do presidente nos parece uma tentativa de desmembramento do agenciamento coletivo, de retirar sua voz de um conjunto concordante ou não a fim de enfatizar o próprio nome.

Concluindo, podemos perceber uma dualidade que se sobressai entre ministro e MEC, a partir de uma relação entre os dois textos, o texto do presidente e o do jornalista, já que destacamos o discurso relatado na análise, pois temos um discurso dentro de outro. Essa relação aponta para o uno⁹, na medida em que há a descrição de um processo de reterritorialização (estabilidade) operado no agenciamento de expressão (agenciamento coletivo de enunciação) – formação articuladora discursiva e extra-discursiva. Então, a mudança que generaliza o sujeito (ministro) de forma metonímica para sujeito-instituição (MEC) no texto jornalístico, pode ser um exemplo de reforço da homogeneidade da

⁹ Quando Deleuze e Guattari problematizam a unidade, ou seja, a padronização, eles apontam para a subtração do único da multiplicidade (n-1): “é só assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.15).

linguagem, tratando-a como informação. Dessa forma, o duo, ministro e MEC, torna-se uno, linguagem-informação.

O processo de reterritorialização, nesse caso, parece ter uma “motivação” que não é exterior a linguagem, pois se trata de um discurso circundante: “a mídia falta com a verdade”. Esse discurso está relacionado a um consenso de perspectiva neoliberal, que se utiliza do aspecto do *não saber*, ou seja, da desqualificação para se reafirmar. Então, a palavra de ordem, ou o que está implícito neste discurso é: A mídia é mentirosa/ falsa. É nesse sentido que o implícito contribui na avaliação do enunciado “em função de suas implicações pragmáticas”, destacando do enunciado a palavra de ordem.

Portanto, o discurso “a mídia falta com a verdade” faz parte de um conjunto de circunstâncias que parece constituir o grau, que nesse caso, opera a estabilidade, acessando as formas de expressão e de conteúdo, como observamos na análise da primeira reportagem. Essa operação de estabilidade constrói segmentos de generalização, chocando com as singularidades, o que podemos chamar de reterritorialização, diminuição da potência múltipla da linguagem.

Não se trata de defender que o esforço do jornalista para se manter fiel às palavras do presidente é o que reforça a homogeneidade da linguagem. Mas, de defender que o empenho para manter a estabilidade, isto é, para que a reterritorialização mantenha-se em operação (lembrando que as circunstâncias fazem parte dessa operação), conduz ao anseio pela linguagem-informação. E, é nesse sentido que, as classes capitalistas tentam controlar as pulsões que trabalham a sociedade, e o discurso “a mídia falta com a verdade” parece fazer parte desse desejo de recuperar o controle das relações sociais.

4.1.2 O implícito na reportagem 1

Ao analisar as relações de enunciados com os implícitos talvez possamos destacar as palavras de ordem presentes nos enunciados, e, conseqüentemente, as “obrigações sociais” que as invocam. Assim, na afirmação “O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)” está implícito que há uma centralização de investimento em faculdades de humanas. Então, podemos problematizar se há essa centralização de investimento na área e como ela se dá. Isso parece

nos remeter a uma tensão entre o dito e a forma de dizer: é descentralizar ou diminuir o investimento?

Quanto ao primeiro argumento, “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como veterinário, engenharia e medicina,” torna-se subentendido que as profissões das áreas humanas não trazem retorno imediato ao contribuinte. Já no segundo argumento: “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta [...]” há o implícito que ensinar para jovens a leitura, escrita e a fazer conta é igual a respeitar o dinheiro do contribuinte, porém, esse argumento entra em conflito com a proposição, pois o ensino para jovens da leitura e da escrita está relacionado às faculdades de humanas. O que nos faz perceber uma tensão entre as instituições (MEC + governo federal) e faculdades de humanas e nos possibilita outras reflexões: existe de fato uma preocupação por parte do governo com a educação de base no Brasil? Qual será o impacto dessa “descentralização” de investimento na área de humanas para a educação brasileira?

4.2 Análise 2 (reportagem 2)

Reportagem 2: MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’. – O GLOBO- 30/04/2019.

Ministro Weintraub já lista penalidades a UFF, UNB E UFBA

“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” continuou Weintraub ao jornal. Os critérios de avaliação, porém, não foram informados. Ao GLOBO, a OAB informou que irá acionar o STF temendo violação da autonomia universitária, direito garantido pela Constituição.

4.2.1 Efeitos incorporais

Esta análise refere-se à reportagem 2 (*MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’.* – O GLOBO- 30/04/2019), em que trata

de um pronunciamento do ministro da educação, Weintraub. Ele afirma que puniria com redução de verba as universidades federais, que fizessem balbúrdia. Esse anúncio repercutiu grandemente em todo o país, inclusive nas redes sociais da internet. Analisamos não somente com o auxílio da noção do implícito, mas também destacamos o conceito de *transformação incorpórea*, que contribui para entendermos a relação instantânea do enunciado a partir dos atos em movimento em uma sociedade.

Na reportagem 2, a tensão entre MEC e universidades está evidente, inscrita na voz do Ministro: “Universidades que, em vez de procurar o desempenho acadêmico estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Observamos que há nessa afirmação o pressuposto de que as universidades fazem balbúrdia em vez de melhorar o desempenho acadêmico e subentende-se que universidades não têm um bom desempenho acadêmico.

Parece haver uma movimentação discursiva que demonstra uma aliança entre o governo federal e o MEC que se esforçam por “desmanchar” o corpo universidade, ou seja, produzem efeitos incorporais, transformação incorpórea, desqualificando a universidade: faculdades de humanas não produzem retorno imediato ao contribuinte; universidades promovem balbúrdia com o dinheiro público. Trata-se aqui de transformação incorpórea porque produz uma transformação imediata ao corpo – universidade, no caso, de lugar de formação (produção de conhecimento) para lugar de balbúrdia. Essa transformação se opera socialmente, mas, simultaneamente está no interior da enunciação. Que forças são essas que colocam duas instituições (Ministério da Educação e universidades federais) do mesmo segmento social – educação – em tensão? Forças ideológicas? Que práticas sociais e discursivas sustentam essa tensão?

4.3 Análise 3 (reportagem 3, reportagem 4 e uma notícia)

Reportagem 3: MEC recua de punir universidades por ‘balbúrdia’ e propõe corte linear
– Isto é – 01/05/2019.

O Ministério da Educação (MEC) recuou da decisão de punir com bloqueio de recursos especificamente universidades que promovessem “bagunça” em seus campus. Agora o mesmo contingenciamento planejado para elas será estendido a todas as universidades federais para o segundo semestre.

4.3.1 O embate entre a mídia e o governo e o encadeamento enunciativo

A reportagem 3 apresenta um recuo do Ministério da Educação com relação à decisão de punir com bloqueio de recursos as universidades que promovessem “balbúrdia” e listar especificamente três universidades federais UnB, UFF, UFBA: “Por meio de nota, o MEC informou que “o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos” em decorrência do contingenciamento de recursos decretado pelo governo [...].”

Podemos perceber que, na reportagem 3, fica claro o quanto a ação “recuar” afeta o próprio texto, pois a declaração foi do ministro, mas a ação de recuar foi do MEC, o que produz um efeito de dissipação do enunciador da declaração. E, na nota do MEC, a tentativa de apagamento da declaração que causou repercussão negativa, o que antes era uma punição financeira na declaração do ministro passou a ser bloqueio orçamentário para todas as universidades.

Notamos ainda, no texto, uma variação lexical com relação à palavra “balbúrdia” enunciada pelo ministro. Em discurso indireto, o enunciador (jornalista) utiliza-se da palavra sinônima *bagunça* para se referir à fala do ministro. E depois, ainda em discurso indireto, conta que “na entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo o ministro anunciou que a promoção de *balbúrdia* nos campus e de festas inadequadas ao ambiente universitário seria um dos critérios usados para a escolha das instituições afetadas pelo congelamento de verbas”. A variação lexical com sinônimos também acontece com a expressão do título “corte linear”. O jornalista enfatiza, no título, o recuo do ministro, utilizando a expressão *corte linear*, depois enfraquece essa ênfase dada no título, utilizando várias expressões equivalentes no corpo do texto, apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação entre vozes constantes na reportagem 3

VOZES		
JORNALISTA	SECRETÁRIO DO E.S.	NOTA DO MEC
Contingenciamento planejado	Bloqueio preventivo	Bloqueio de dotação orçamentária
Congelamento de verbas		
Bloqueio de 30%		
Contingenciamento de cerca		

de 30%		
Recursos bloqueados		

Fonte: A autora, 2019.

A ação de “recuar” parece ainda produzir efeitos no texto que no caso de variar as expressões apresentadas acima, o enunciador adota uma estratégia de atenuação, correspondendo à expectativa do que vem sendo exigido mais rigidamente do texto jornalístico, que é propor-se a transmitir informações de maneira imparcial, reforçando uma linguagem mais objetiva, linguagem como informação.

É interessante observar que, na reportagem 2, do dia 30 de abril, a AOB informa ao jornal O Globo que acionará o STF por temer violação da autonomia universitária, e no dia 01 de maio, segundo a reportagem 3, o MEC anuncia por meio de nota o bloqueio para todas as universidades e justifica que o critério foi operacional, técnico e isonômico. E, ainda, segundo a reportagem 3: “O ministério avaliou, porém, que a decisão poderia ser questionada na Justiça e, por isso, decidiu recuar.”

Ainda relacionada à repercussão negativa, segundo a reportagem 3, a preocupação de especialistas em educação e entidades reiterada pela fala de membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes): “Não se faz política pública dessa maneira. É muito inadequado cortar recursos sem ter critérios claros”. E a declaração da presidente da UNE: “Nossos atos vão ser dentro das universidades”. Demonstrem posicionamentos contrários ao bloqueio de recursos das universidades.

Como não discutir a noção de distribuição movente no discurso e seu atravessamento no campo social? Há uma distribuição movente da enunciação que pode ser demonstrada com as reportagens 2 e 3, um encadeamento de enunciados que se constitui a partir da movimentação discursiva de grupos que se posicionam. O enunciado do ministro da educação: “Universidades que, em vez de procurar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas”, provoca o enunciado da AOB, o enunciado do membro do Conaes e o da presidente da UNE, que se constituem como repercussão negativa dentre outros enunciados, provavelmente, a que não tivemos acesso, provocam o enunciado (nota) do MEC.

Reportagem 4: ‘Não há corte, há contingenciamento’, diz ministro sobre orçamento das universidades federais. - G1- 7 de maio de 2019

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta terça-feira (7) durante audiência na Comissão de Educação no Senado que não haverá corte no orçamento das universidades e instituições de ensino federais, mas sim um contingenciamento.

O ministro afirmou que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre.

"Não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento – e nem é 'recuperar' porque estamos em um marasmo a perder de vista – mas se tivermos crescimento econômico com a aprovação da nova Previdência, é só o que falta." - Abraham Weintraub

Contingenciamento

O ministro disse que o governo fez a opção pelo contingenciamento para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e disse apostar na retomada da economia.

"A gente já voltou a consumir bens duráveis. Está faltando o último gatilho que é investimento em infraestrutura, investimento em máquinas e equipamentos. Isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação, se descontingencia. Não há corte. E isso não foi imposto, a gente tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal" - Abraham Weintraub

4.3.2 A dualidade entre as palavras corte e contingenciamento: mídia versus governo

Na reportagem acima, parece haver uma preocupação do ministro com a escolha vocabular da mídia, assim, o ministro revela sua preferência da designação *contingenciamento*, em detrimento de outra, *corte*. A preocupação com a palavra pressupõe a crença na estabilidade do significado e parece estar alinhada à meta do presidente que, em vários momentos, mencionou publicamente estar conseguindo avançar contra a questão ideológica.

A coerção para estabelecer por parte da imprensa objetividade envolve a escolha da palavra, então, não é corte, é contingenciamento, aquilo que pode ou não ser dito, a palavra adequada, o significado correto. Essa preocupação ou coerção pela palavra parece estar

direcionada a uma força de reterritorialização, sustentadas por práticas e dispositivos estratificados de poder e controle sobre a linguagem e sobre o que a mídia deve enunciar.

Compreender o significado como algo estável, conceber a significação como uma entidade plena nos aproxima a naturalizar as conjunções sociais, assim atribuímos à linguagem a função de um acontecimento exterior e estreitamos a compreensão dos processos de produção de sentido. Assim, as palavras representam as coisas, o binarismo é evocado palavra-coisa/ significante-significado e nesses dois estágios a estratificação da linguagem é reforçada. Extrai-se da palavra o significante e da coisa um significado adequado à palavra. A expressão se reduz ao significante e o conteúdo é redutível ao significado.

Ao contrário disso, Deleuze e Guattari afirmam que é um erro sustentar o conteúdo como ponto de partida, pois, na perspectiva do agenciamento, as formas se introduzem, portanto, são provisórias. Há uma independência funcional entre uma forma de conteúdo e a forma de expressão, uma passagem constante de uma para outra, uma pressuposição recíproca. Então, o sentido não pode ser passível de localização. A variação do conteúdo está relacionada ao que eles chamam de mistura de corpos – agenciamento maquínico dos corpos.

A mistura dos corpos se refere ao conteúdo, ou seja, aos corpos ou estado de coisas, que não se pode dizer que seja referente do “signo”. O conteúdo não se confunde com objeto, com referente, nem com conceito ou significados. Os autores exemplificam a “paz” e a “guerra” como estados ou misturas de corpos, também o “amor”, mas a declaração “eu te amo” é expressão de enunciado e expressa um atributo não corpóreo dos corpos, tanto do amante quanto do amado” (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Logo, o esforço em distanciar o significado de *corte* do significado de *contingenciamento*, dentro do aspecto de agenciamento, indica que “algo da ordem das condições de enunciação se alterou, implicando a reconfiguração dos corpos”. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2016). Então, o ministro elabora e publica um vídeo explicando o contingenciamento, vídeo que está disponível no corpo dessa reportagem. As iniciativas de recuo e de explicação do ministro nos parecem uma tentativa de desmontar um corpo que se forma no debate da educação, como força de um movimento de oposição. Mas esse corpo ganha forma e força, no dia 15 de maio de 2019, milhares de pessoas foram às ruas em defesa da educação pública e contra o bloqueio de recursos para a educação anunciado pelo MEC. Segundo os noticiários, houve atos em todos os estados do país e também no distrito federal.

Notícia - Bolsonaro diz que bloqueia verba da educação, porque precisa, mas chama manifestantes de ‘idiotas úteis’ e ‘massa de manobra’. G1 15/05/2019

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quarta-feira (15) em Dallas, no estado norte-americano do Texas, que não gostaria de contingenciar verbas, em especial da educação, mas que o bloqueio é necessário e que **os manifestantes que protestam contra isso no Brasil** "uns idiotas úteis, uns imbecis" (veja no vídeo acima).

"É natural, é natural. Agora... a maioria ali é militante. É militante. Não tem nada na cabeça. Se perguntar 7 x 8 não sabe. Se perguntar a fórmula da água, não sabe. Não sabe nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo utilizados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais do Brasil", afirmou Bolsonaro.

4.4 Manifestantes versus idiotas úteis e imbecis e manifestação versus massa de manobra: efeitos incorporais

Novamente, o ato instantâneo, a simultaneidade do enunciado, produzindo efeitos. A transformação do corpo manifestante em "idiotas úteis e imbecis" e do corpo manifestação em "massa de manobra"- transformação incorpórea. Trata-se da palavra de ordem como dispositivo para desautorizar e desqualificar, confirmado pelo discurso que antecede: "Não tem nada na cabeça. Se perguntar 7 x 8 não sabe. Se perguntar a fórmula da água, não sabe. Não sabe nada." Com efeito, cria-se mais um embate que se constitui por encontros de corpos:

- presidente + grupos de apoio ao governo + conjunto de estudantes e militantes (manipulados por uma minoria espertalhona) = massa de manobra.
- estudantes e professores + grupos de apoio + imprensa = manifestação

Portanto, podemos perceber que os corpos não se limitam a uma designação ou atributo, os corpos agem uns sobre outros, mesmo aquilo que substantivamos em nosso ímpeto de atribuir e referenciar, na verdade, é acontecimento, e, efeitos que produzimos. O evento *manifestação pela educação* engloba ações no mundo o que supõe o exterior, as circunstâncias, encontro de corpos, tudo isso atravessa a linguagem e é atravessado por ela, por vários enunciados.

A maneira que produzimos linguagem como algo informativo está implicada na pressuposição de que o significado é propriedade do signo, e, conseqüentemente, estável, um dado explícito, atribuindo ao contexto um papel secundário com a função de rescindir

equivocos. Dessa forma, privilegamos a linguagem como reflexo de algo, reflexo de uma realidade linear, impossibilitando-nos de observar as multiplicidades e abrir-se ao devir. O evento, manifestação em defesa da educação, é apenas um conjunto de estudantes/militantes manipulados por uma minoria espertalhona que deveria saber multiplicar 7x8 e a fórmula da água, mas que não precisam de suas bolsas de estudo, porque não precisa se deslocar e pegar transportes públicos, não precisa se alimentar, comprar material escolar e livros, não precisa pagar a república?

Por conseguinte, é isso que nos parece desvelar a produção de subjetividade estabelecida a partir do momento que uma determinada sociedade ou grupo de pessoas acolhe um discurso como verdade. E, o ato instantâneo – transformação incorpórea – como palavra de ordem está relacionado a ela, pois produz efeitos. Efeitos esses que podem promover a aceitação, submissão ou transgressão por uma verdade, que circula socialmente. É dessa forma que as relações de poder estão intrincadas com a linguagem, pois é ela que faz o poder circular, agenciada por uma distribuição movente no discurso.

4.5 Considerações das análises da 1ª etapa

Como já foi dito esta pesquisa não tem a intenção de listar recorrências linguísticas, descrever ou criar categorias. Esta pesquisa quer tentar sustentar a potência da linguagem e sua multiplicidade, propor ao analista da linguagem se enveredar ao devir, experienciar as relações enunciativas e seu envolvimento com as relações de poder. É importante para os estudos linguísticos e para o analista do discurso procurar entender as relações discursivas e seus efeitos de sentido.

Assim, dentro de uma perspectiva deleuzeana, o analista pode contribuir para ativar a máquina abstrata, que faz da linguagem uma potência “menor” (-1), longe do uno que se torna duo. O analista quando coloca a noção de agenciamento em operação conecta a língua, os conteúdos semânticos e pragmáticos, trazendo à tona toda uma micropolítica do poder. Nas análises os embates aparecem, as relações de força se desnudam. Podemos perceber a importância dos implícitos para avaliação das análises, pois eles podem trazer à tona aquilo que se quer silenciado.

Na primeira análise, notamos uma valorização do “eu” por parte do governo, o sujeito da verdade. O presidente parece querer deslocar sua voz de uma forma convencional de se

comunicar por meio da mídia, deslocar sua voz do discurso indireto, enfatizando o “eu” da verdade, já que para ele a mídia falta com a verdade. Então, o melhor canal de comunicação entre presidência e povo são as redes sociais da internet, criando efeitos de informalidade e de proximidade.

Claramente, podemos perceber que há um embate entre o governo e a mídia empresarial, embate não apenas relacionado ao presidente, mas também ao ministro da educação, Abraham Weintraub, como indicam as análises. Esse embate parece ser uma estratégia que direciona a reforçar o sujeito como origem da verdade, o qual sua voz deve ser desmembrada do múltiplo, do discurso indireto uma voz destacada da massa, então, a mídia é descartada e desacreditada. Sendo assim, essa preferência ao discurso direto parece constituir uma força de reterritorialização.

Sabemos que a mídia, muitas vezes, defende interesses de sua própria empresa, colocando “holofotes” onde lhe é conveniente naquele momento, assim, ela recorta parte da realidade (fatos), silenciando outras realidades. Mas, difundir discursos minimizando a importância da imprensa e colocar em dúvida sua credibilidade, talvez seja induzir o povo a não compreender os fatos sociais de seu tempo, tornar a cegueira cúmplice da desinformação. Um povo desinformado e confuso pode ser guiado para onde se deseja guiar.

A valorização da crença de que a natureza do sujeito é a origem da verdade parece estar ligada ao anseio pela liberdade individual, uma característica do neoliberalismo. No Brasil, a aderência neoliberal tem se manifestado com força nas redes sociais da internet e parece se configurar na maneira como esses adeptos se autorizam a dizer o que querem nessas redes. Não há uma preocupação com a credibilidade e nem com a fonte do que se posta ou com que se compartilha nas redes sociais, não há uma preocupação com o que se tornará possível ao construir certas circunstâncias nas redes sociais. Não há preocupação porque esse sujeito neoliberal entende que é a fonte da verdade, é o sujeito que anseia a liberdade individual. A liberdade de expressão desse sujeito é a liberdade de dizer aquilo que se quer dizer, dizer qualquer coisa que lhe convém.

Na mesma análise, notamos outro embate, entre o governo aliado ao MEC e a área de humanas no ensino superior. Então, a postagem do presidente no Twitter: “[...] descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”, traz uma questão, talvez desconhecida por muitos até então, de que os cursos da área de humanas recebam mais investimentos do que outros cursos. A tensão entre governo, mídia e área de humanas pode estar relacionada ao combate à questão ideológica, várias vezes mencionadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

Embora o governo tenha como promessa de campanha priorizar a educação básica, estabelecido em sua prática discursiva, como o plano de governo, ele entra em contradição ao limitar ou talvez diminuir o investimento na área de humanas, que, fundamentalmente, está ligada à educação. Então, essa ação parece mais ser uma iniciativa de combate ao que é chamado de ideologia revestida de “preocupação” com a educação básica.

Depois do ministro da educação em uma entrevista anunciar que universidades que estivessem fazendo balbúrdia seriam punidas com redução de verbas, uma terceira tensão se revela entre o MEC e as universidades federais. A noção de transformação incorpórea contribui para entender como um enunciado pode se tornar um ato expreso e produzir efeitos de sentido incorpóreo a um corpo, como no caso do corpo *universidades*, lugar de produção de conhecimento para lugar da bagunça, lugar do não saber. Então, que práticas sociais e discursivas sustentam essa tensão?

As práticas que sustentam essa tensão parecem ter relação com alguns aspectos que reafirmam o capitalismo, e, evidentemente, ligados ao ideal neoliberal, o saber-poder e o não saber. Atribuir efeitos incorporais às universidades federais se refere ao aspecto do não saber, no qual, no caso, utiliza-se a desqualificação como dispositivo de descrédito, universidade pública como lugar de bagunça, também de acordo com o aspecto do saber-poder, no qual implica o modo de ser do sujeito, modo de ser capitalista, que valoriza o privado e reforça a oposição entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público pode ser considerado como território de perigo ou de barbárie.

Podemos perceber por meio das análises das reportagens 3, 4 e da notícia que o embate entre governo e a mídia se acirrou, depois de o ministro anunciar publicamente que as universidades federais fazem balbúrdia. Houve uma grande repercussão pelo que foi dito pelo ministro da educação, alterando as condições de enunciação. Aqui, uma força contrária às práticas do governo com relação à educação parece crescer e “ganhar” corpo, o corpo manifestação em defesa da educação. Como resposta a essa força contrária que se forma, primeiramente, há um recuo do MEC, então, o bloqueio deixa de ser uma punição para algumas universidades para se tornar linear a todas as universidades federais, e depois se instaura uma disputa pela palavra.

Essa mudança nas condições de enunciação implica reconfigurar os corpos, no qual podemos perceber uma direção ao grau da estabilização, uma reterritorialização. É interessante identificarmos esse co-funcionamento entre o agenciamento coletivo enunciação e o agenciamento maquínico dos corpos, “uma maneira cujas expressões se inserem nos conteúdos”.

A noção de agenciamento compôs a análise, revelando que as relações discursivas, que colaboram com o consenso neoliberal, pendem a operar uma força de estabilização ou reterritorialização que condiz com o modo de ser do sujeito essencial, sujeito da verdade que luta pela liberdade individual, mas quer limitar o que é dito pelo outro, pela mídia. Sujeito que quer desacreditar a mídia e o conhecimento produzido nas universidades públicas. E fazer acreditar que investir em ciências humanas é desperdiçar o dinheiro público.

Essa desqualificação das universidades, ou seja, da balbúrdia, se desdobra em uma segunda etapa de análises devido aos disparos em massa do WhatsApp com mensagens contra às universidades a fim de endossar a anúncio expresso pelo ministro da educação, Weintraub, de que as universidades fazem balbúrdia. Então, essa segunda etapa de análises propõe examinar tipos de discursos que estão sendo aderidos por parte da sociedade no jogo de sua instância. Como, por exemplo, os disparos em massa na rede social da internet WhatsApp, que foi utilizada como instrumento para disseminar mensagens de acusações e endossar o enunciado de que as universidades públicas fazem balbúrdia.

Dessa forma, mensagens descontextualizadas foram disseminadas de forma veloz pelo recurso de compartilhamento das redes sociais da internet, produzindo o sentido generalista de que as universidades públicas não possuem credibilidade. Quando alguém compartilha uma mensagem, possivelmente, está aderindo e reafirmando aquele enunciado que, em geral, chegou a ele pronto.

Se, no momento, há o anseio por uma política social privativa, que contempla aspectos como o seguro individual e a propriedade privada, como uma possibilidade de romper com a frustrante corrupção no país, não seria coincidência desacreditar as universidades públicas já que o neoliberalismo prevê e favorece as privatizações dos serviços públicos. E parece que há uma tentativa de ampliar a configuração do consenso neoliberal a partir do uso das novas tecnologias da comunicação. Portanto, talvez seja importante pensarmos na relação entre discurso, sua movência e processos subjetivos. Como o capitalismo pode ser reforçado com o advento do neoliberalismo e como ambos podem produzir modos de ser a partir de sua característica do consenso?

5 A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES ACIONADA PELO PROCESSO DE “CONSENSO PERMANENTE” NEOLIBERAL: ANÁLISES – 2ª ETAPA

Este capítulo pretende analisar dois comentários da reportagem “Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários”; o texto “Bolsonaro versus reitores das universidades federais: a batalha anunciada”; mais um vídeo, a fim de entender as relações de forças e relações dos enunciados no processo de acolhimento de um discurso como “verdade”, ou seja, como justificção racional, em um possível processo de adesão ao sistema neoliberal. E, ainda como essas relações nos atravessam, produzindo subjetividades (ROLNIK; GUATTARI, 1996).

5.1 Análise 1

Reportagem 1: Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários (Trecho)

Fazia meses que o cientista da computação Fabrício Benevenuto não via nada de novo na sua ronda diária por grupos políticos de WhatsApp. Criador de uma ferramenta capaz de elencar os conteúdos mais compartilhados no aplicativo, o WhatsApp Monitor, o professor associado da UFMG via com tédio os mesmos tipos de montagens, áudios, notícias falsas, correntes e vídeos motivacionais percorrerem sua tela, dia após dia nos 350 grupos políticos abertos que acompanha.

Na tarde de 8 de maio, porém, Benevenuto notou algo estranho: quase todas as imagens mais compartilhadas no seu sistema mostravam universitários nus, teses com nomes esdrúxulos e desenhos irônicos sobre estudantes de humanas. Aquilo, percebeu, não era espontâneo. Checou os altos números e concluiu que se tratava de algo novo, orquestrado. Estava diante de uma nova ofensiva da milícia digital de Bolsonaro, grupo que andava pouco ruidoso após as eleições.

“Soou como ataque, uma tentativa de desconstruir a imagem das universidades públicas com conteúdos antigos ou tirados de contexto, como se todas fossem uma bagunça”, diz Benevenuto. “Como trabalho em uma, fiquei preocupado.” Os variados tipos de

compartilhamentos chamaram sua atenção. Notou que, depois de alguns meses de marasmo, muitos grupos ociosos associados a Bolsonaro espalhavam as mensagens com afinho comparável ao do ano passado, quando operavam em sua capacidade máxima e com fortes indícios de disparo em massa. Era o despertar de uma engrenagem que havia feito grande estrago meses atrás.

O levante das redes bolsonaristas não vinha por acaso. Duas pesquisas divulgadas em maio apontavam para um naufrágio do otimismo com o presidente, Jair Bolsonaro. A primeira, do instituto XP Ipspe, mostrou que, de abril para maio, o percentual de ruim e péssimo na avaliação do Bolsonaro subiu de 26% para 31%; já a segunda, uma análise de sentimentos de redes sociais feita pela startup Arquimedes, apontou que, nas últimas semanas, mais pessoas que se mostravam neutras ao novo presidente passaram a avaliá-lo negativamente. Para as duas empresas, os principais motivos foram o desgaste entre militares e Olavo de Carvalho e o corte na educação anunciado no dia 30 de abril pelo novo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

As táticas de guerrilha soavam similares às das eleições de 2018. Pelo WhatsApp, centenas de grupos de apoiadores de Bolsonaro passaram a espalhar imagens que reforçavam a ideia, endossada pelo próprio Weintraub, de que as universidades públicas se tornaram lugar de “balbúrdia”. Montagens de gosto estético e moral duvidosos foram replicadas sem parar. Eram fotos e vídeos de performances artísticas, capas de monografias sobre sexualidade e paredes com pixações provocadoras. Em cada mídia, havia a legenda com o suposto nome da instituição federal e um texto que dizia: “Veja em que se transformaram nossas Universidades Federais! É UM ABSURDO”.

Surtiu algum barulho. Segundo a ferramenta de Benevenuto, nas duas primeiras semanas de maio, das 30 imagens mais compartilhadas no WhatsApp, 17 são referentes ao que bolsonaristas chamam de depravação nas salas de aula das universidades federais. (De resto, quatro associavam Marielle Franco ao tráfico de drogas a outros crimes, três eram denúncias de militantes petistas infiltrados em grupos, uma era uma defesa para fechar o STF e cinco eram imagens com tarja preta de conteúdo impróprio — provavelmente parte de uma mensagem em texto.)

Benevenuto ressalta que seu software dá apenas uma amostra do turbilhão de montagens fabricadas a todo vapor: os 350 grupos que monitora são uma parte ínfima dos mais de 127 milhões de usuários e dos incontáveis grupos fechados no país. “Damos acesso a jornalistas e agora a pesquisadores para terem uma noção do que é compartilhado lá dentro, mas sabemos que não é um número preciso”, me disse Benevenuto.

Comentários:

Nestor Burlamaqui

18 de Maio de 2019, 17h28

Ainda não sei onde está a fake news. Fiz dois cursos de humanas numa UF e sei que nesses lugares acontece muita militância esquerdista, nudez “artística”, teses pornográficas e inúteis. São todos os cursos? Não. Mas a existência de um só curso que só serve para doutrinar militantes de esquerda sem uma formação científica adequada já demonstra como o dinheiro público tá sendo jogado no lixo. E mesmo os cursos que não servem só pra isso estão contaminados com discursos de esquerda em diversos níveis.

Sergio de A. NSK

15 de Maio de 2019, 11h11

A matéria explica como esses absurdos sobre as universidades são implantados na população menos instruída. Só acredita neles quem realmente teve uma educação muito deficiente. É lamentável, mas muitos brasileiros estão sendo instigados a odiar não só as universidades, como a ciência em geral. É duro contemplar e constatar a imensa pobreza intelectual de grande parte de nossa população.

Podemos perceber através da reportagem que houve grande demanda de compartilhamentos de conteúdos, que tentavam desqualificar e desmoralizar as universidades federais. Conteúdos com cerca de 30 imagens, algumas de nudez, descontextualizadas com textos de repulsa às universidades.

F1 “As táticas de guerrilha soavam similares às das eleições de 2018. Pelo WhatsApp, centenas de grupos de apoiadores de Bolsonaro passaram a espalhar imagens que reforçavam a ideia, endossada pelo próprio Weintraub, de que as universidades públicas se tornaram lugar de “balbúrdia”. Montagens de gosto estético e moral duvidosos foram replicadas sem parar. Eram fotos e vídeos de performances artísticas, capas de monografias sobre sexualidade e paredes com pixações provocadoras. Em cada mídia, havia a legenda com o suposto nome da instituição federal e um texto que dizia: “Veja em que se transformaram nossas Universidades Federais! É UM ABSURDO”.”

O propósito deste trabalho não é questionar se houve ou não indício de disparo em massa no aplicativo, mas pensar na utilização do WhatsApp (rede social) como suporte acionando a produção de subjetividades. O uso da tecnologia como canal para maior alcance, a fim de fabricar modos de relações. A dispersão de enunciados na velocidade da internet que,

nesse caso específico, endossa o discurso de que “as universidades federais são um lugar de balbúrdia”. E atende ao aspecto do não saber, mencionado anteriormente, as universidades como lugar desqualificado, o território público esvaziado, considerado lugar de “balbúrdia”, atuando como dispositivo a favor do neoliberalismo, pois se cria uma naturalização de oposição com o espaço privado, esse sim como lugar seguro e saudável. Essa adesão parece ser produzida e, simultaneamente, produtora de subjetividades operando o consenso.

Além da reportagem, acima há dois comentários um contra e outro a favor da reportagem. Vamos nos ater mais ao comentário contra para verificar o processo de produção de subjetividade, como forças que tomam forma e nos atravessam sem cessar nas relações sociais e como elas estão intrincadas ao discurso e à dispersão dos enunciados, no caso deste trabalho, mais especificamente, como esse consenso neoliberal pode estar em funcionamento.

F2 “Surtiu algum barulho. Segundo a ferramenta de Benevenuto, nas duas primeiras semanas de maio, das 30 imagens mais compartilhadas no WhatsApp, 17 são referentes ao que bolsonaristas chamam de depravação nas salas de aula das universidades federais.”

Mas, podemos destacar que no comentário a favor, o enunciador diz “muitos brasileiros estão sendo instigados a odiar não só as universidades, como a ciência em geral” e atribui isso a ignorância e a falta de educação. E, é, justamente, sair dessa acomodação da “falta”, que este trabalho se propõe, propõe outros modos de pensar. Como certas práticas sociais sustentam essa falta? Como as relações de força que sustentam essa falta se dão? Somos a todo o momento atravessados por diversas forças, somos produzidos e produtores (de subjetividades) de formas de pensar e de agir no mundo, forjadas por diferentes práticas sociais.

O enunciador contra a reportagem inicia seu comentário, remetendo-se ao título da reportagem e endossa a fala do ministro, pois afirma não haver “fake news”, ou seja, não há notícia falsa, há balbúrdia nas universidades.

F1 “Ainda não sei onde está a fake news. Fiz dois cursos de humanas numa UF e sei que nesses lugares acontece muita militância esquerdista, nudez “artística”, teses pornográficas e inúteis. São todos os cursos?”

Ele diz ter feito dois cursos de humanas em universidades federais e por isso sabe que há “muita militância esquerdista, nudez “artística”, teses pornográficas e inúteis.” Ele, entra em certa contradição, pois diz que não são todos os cursos, mas que cursos, que não

servem só para isso “doutrinação de esquerda” também estão contaminados com discurso de esquerda. Outro argumento contra é que “o dinheiro público tá sendo jogado no lixo”.

F2 “Mas a existência de um só curso que só serve para doutrinar militantes de esquerda sem uma formação científica adequada já demonstra como o dinheiro público tá sendo jogado no lixo. E mesmo os cursos que não servem só pra isso estão contaminados com discursos de esquerda em diversos níveis.”

Nesse comentário está implícito que: as universidades públicas servem de doutrinação de esquerda; e os cursos de humanas não possuem formação científica adequada. Podemos perceber que o comentário está em consonância com a fala do ministro de que as universidades públicas federais fazem balbúrdia, então, mesmo em um recorte de corpus encontramos uma relação de enunciados, os compartilhamentos das imagens e textos do dia 8 de maio no WhatsApp e o comentário da reportagem, que entram em consonância em desqualificar a universidade pública federal associando-a ao território do não saber.

5.1.2 Análise 2

Texto: Bolsonaro versus reitores das universidades federais: A batalha anunciada
(trecho)

<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/14454/bolsonaro-versus-reitores-das-universidades-federais-a-batalha-anunciada>

O que estamos assistindo é a boa e velha estratégia do “arrocha”, (quem é da área da economia e administração sabe que a política de cortes numa corporação também funciona assim), se reduz os atrativos financeiros da equipe, mantendo apenas o básico, quem se sobressai são os profissionais econômicos, os catedráticos, comprometidos e os criativos, já os que chegaram ao cargo por qualquer outro motivo, irão tentar inflamar a opinião popular para deixar tudo como está, mas só conseguirão a própria exoneração.

É uma questão de ajustes todos nós já passamos por isso nas empresas onde trabalhamos e em nossas vidas pessoais, mas sobrevivemos, já li uma nota da universidade que chegam a usar o

termo: “constrangimento”, referindo-se às dificuldades de pagarem os serviços de limpeza depois do corte.

Impossível não lembrar do exemplo do Japão, onde cada um limpa seu espaço do porteiro da universidade, até o reitor, cada um mantém sua sala e banheiros limpos, afinal, é um ambiente seletivo, frequentado apenas por mentes brilhantes, não há constrangimento em ser humilde e higiênico, constrangedor mesmo, é usar dinheiro público para promover ações políticas dentro do campus, ignorando que há outras vertentes frequentando o mesmo espaço.

Esse último texto posiciona-se a favor do contingenciamento anunciado pelo ministro da educação Abram Weitraub, na época, que o enunciador chama de “boa e velha estratégia do arrocha”. Podemos perceber que o enunciador usa como exemplo uma corporação (empresa) para explicar a “política de cortes” do dinheiro público, o que parece retratar um enunciado de generalização das “formas empresa” (FOUCAULT, 2008) na sociedade, essa generalização faz parte da idealização de uma sociedade neoliberal.

Ainda diz que nessa situação de “redução de atrativos financeiros”, quem deve sobressair são “os profissionais econômicos, catedráticos, comprometidos e os criativos, referindo-se aos reitores”. É notável a crença no sujeito essencial, no qual tudo é atribuição do sujeito, reforçando o aspecto do saber-poder, pois tudo depende da eficiência individual. Tudo isso gera um elemento importante para o funcionamento da racionalidade econômica neoliberal - concorrência - que é a meritocracia.

F1 “O que estamos assistindo é a boa e velha estratégia do “arrocha”, (quem é da área da economia e administração sabe que a política de cortes numa corporação também funciona assim), se reduz os atrativos financeiros da equipe, mantendo apenas o básico, quem se sobressai são os profissionais econômicos, os catedráticos, comprometidos e os criativos, já os que chegaram ao cargo por qualquer outro motivo, irão tentar inflamar a opinião popular para deixar tudo como está, mas só conseguirão a própria exoneração”.

Depois, o texto parte para o espaço público, defendendo que se não há dinheiro público para limpeza das universidades, os alunos deveriam limpar, porque não há constrangimento em ser humilde e higiênico.

F2 “Impossível não lembrar do exemplo do Japão, onde cada um limpa seu espaço do porteiro da universidade, até o reitor, cada um mantém sua sala e banheiros limpos, afinal, é um ambiente seletivo, frequentado apenas por mentes brilhantes, não há constrangimento em ser humilde e higiênico, constrangedor mesmo, é usar dinheiro público para promover ações políticas dentro do campus, ignorando que há outras vertentes frequentando o mesmo espaço.”

Assim, o enunciador elege o Japão como modelo, dizendo que lá no Japão, “cada um limpa seu espaço” do porteiro ao reitor da universidade, onde há “mentes brilhantes”. Também está presente no texto o discurso da falta, no caso, menos recursos, ao qual devemos nos adequar e aceitar. E para convicção dessa aceitação, um modelo deve ser erigido, as universidades do Japão, mostrando como deve ser.

5.1.3 Análise 3

(Transcrição de um vídeo)

As instituições estão relacionadas às estruturas sociais estabelecidas por lei e, simultaneamente, elas produzem regras, discursos de ordem, em favor da coletividade, ou seja, dessa mesma organização social. E, é assim que se dão as relações de força, as lutas, as estratégias e os interesses, em nome do bem coletivo, da ordem social. Segundo Foucault (1979), a emergência é produzida por um estado de forças, portanto, é nesse sentido que, talvez o poder não possa ser estabelecido de cima para baixo, o poder movimenta-se, pois as vozes sociais ressoam. O anseio por “paz” e por “ordem” ecoa.

No caso do Brasil, atualmente, a aderência ao discurso de combate à violência e a corrupção se instaurou e divide cada vez mais o povo brasileiro. E o que se reveste desse discurso de ordem, na verdade, tem se estabelecido em uma prática governamental de desestabilidades e de crises, ainda assim, defendida por uma parte da população. E essa prática é defendida por alguns, porque se trata de uma guerra ideológica, assim como a transcrição do vídeo mais adiante indica: “fórmula de Napoleão Bonaparte”; “atacar o inimigo”; “ponto mais fraco”; “bater até cair o último”; “lutando pela sobrevivência”; “destruir”.

Nesse sentido, essas “vozes” ressoam. Uma das vozes que ecoa e que está relacionada a esse contexto de análise das forças em embates entre as instituições MEC e universidades é a voz do cidadão Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, um ensaísta e pensador brasileiro que atuou no passado como jornalista e astrólogo, considerado também um influenciador digital e ideólogo. Autoproclamado filósofo, estudou filosofia por conta própria, sendo um dos principais representantes do conservadorismo no Brasil. É considerado pela imprensa

como um "guru" do presidente da República Jair Bolsonaro, embora ele próprio rejeite essa afirmação.

Vamos transcrever parte do discurso do Olavo de Carvalho que foi publicado, no dia 15 de dezembro de 2017, como vídeo no YouTube, intitulado: Olavo de Carvalho sobre as universidades brasileiras.

[...] Mas, nós sabemos, vai ser preciso ter gente qualificada. E, é só isso que interessa, é só isso que pode garantir melhores dias para o Brasil, o resto é tudo conversa mole, né, quer dizer estou insistindo nesse ponto e dediquei minha vida a esse ponto. Também pensando na fórmula de Napoleão Bonaparte, você tem que atacar o inimigo em um ponto só, o ponto mais fraco. Qual é o ponto mais fraco? A intelectualidade. Então é ali que temos que bater, bater até cair o último. Não esquecer que toda essa geração de professores universitários e jornalistas, ela terá de ser desmoralizada até o fim. Não sobrar um de pé, né. Essa gente não vai melhorar, eles não vão se reciclar, né, eles não vão conseguir se adaptar a necessidade dos tempos, eles agora estão preocupados com seu próprio futuro, como vamos sobreviver no meio disso, como vou manter minhas verbas, minhas sinecuras, meus impostos, etc, eles estão lutando pela sobrevivência no fim das contas, né. Não têm mais ideais, não têm mais projetos, os projetos que têm são apenas a repetição de slogans, slogans universitários, isso é tudo babaquice, tá certo? Então, vencida, quebrada a hegemonia intelectual, aí dá para, agora, é destruir a hegemonia cultural, destruir o domínio que eles têm do aparato, ir até o fim. [...]

O discurso do Olavo de Carvalho tem o mesmo tema das reportagens 1 e 2 , as universidades. Podemos perceber nas vozes inscritas nas reportagens um alinhamento com o discurso do presente no vídeo, que parece ter correlação com as coerções quanto às faculdades de humanas e as universidades federais, com punições por “balbúrdia”: “Você tem que atacar o inimigo num ponto só, o ponto mais fraco. Qual é o ponto mais fraco? A intelectualidade”. E, com relação à acusação de balbúrdia pelas universidades, tem-se: “toda essa geração de professores universitários e jornalistas, ela terá de ser desmoralizada até o fim”.

Então, essa voz que ecoa de um cidadão “comum”, ou seja, que não faz parte de um governo ou de um partido político, vídeo publicado no YouTube em 2017. É uma voz que se afina com os enunciados do presidente e do ministro em 2019, vozes reportadas pelas reportagens. Isso parece testificar com a ideia de que o poder movimenta-se, circula, e não é algo vertical, imposto de cima para baixo, mas que se erige nas relações sociais. Assim, há uma movência discursiva que está intrinsecamente relacionada às relações de força e de poder no campo social, na qual podemos perceber, nesse caso, uma adesão ao ideal neoliberal.

O interesse do vídeo é perceber o embate ideológico que gira em torno de uma oposição que parece sem fim.

F1 “Também pensando na fórmula de Napoleão Bonaparte, você tem que atacar o inimigo em um ponto só, o ponto mais fraco. Qual é o ponto mais fraco? A intelectualidade. Então é ali que temos que bater, bater até cair o último. Não esquecer que toda essa geração de professores universitários e jornalistas, ela terá de ser desmoralizada até o fim. Não sobrar um de pé, né.”

No caso do vídeo, trata-se de um ataque, um discurso de ódio – percebido pelas expressões que constroem um conceito de guerra “Napoleão Bonaparte”, “atacar”, “inimigo”, “bater até o último cair” – que se dispersa no tempo por meio do jogo da instância discursiva, já que condiz com a postura e enunciações feitas pelo ministro da educação Weintraub. O ministro permaneceu no cargo no período de 2019 a 2020. Durante esse tempo foi muito ativo na rede social Twitter com declarações controversas e polêmicas, ataques à imprensa e à esquerda; e também muitas acusações feitas às universidades federais, acusações não comprovadas. Diante dessas preocupações, o ministro parecia se esquecer dos atributos e deveres do seu cargo.

5.2 Considerações das análises da 2ª etapa

Essa etapa da análise se atentou a acolher “um momento do discurso de sua irrupção de acontecimento”. Ou seja, a partir de uma dispersão enunciativa provocada por um discurso do ministro da educação, Abraham Weintraub, buscamos selecionar alguns enunciados no “jogo de sua instância”. A conversa na fila, os compartilhamentos no WhatsApp, a discursão no grupo do WhatsApp, as reportagens e seus comentários foram provocações para esse trabalho. Trabalho que, de certa forma, buscou ratificar que o enunciado é um acontecimento, sendo assim, situações provocam enunciados, como enunciados provocam situações, e sempre haverá enunciados antes e depois deles mesmos.

Também, examinamos um pouco sobre os atravessamentos presentes nas relações enunciativas e nas relações de forças sociais que constituem o processo de formação de subjetividades. Esse exame nos possibilitou compreender as práticas como humanas, no sentido que, as práticas sociais, discursivas e subjetivas estão em constante conexão. Atualmente com as mudanças tecnológicas na comunicação, os enunciados dispersam na velocidade da internet, as práticas discursivas ganham novas dimensões e a multiplicidade das relações de poder também.

Sabemos que o sistema neoliberal vem ganhando adeptos e essa adesão envolve-se em um ciclo entre a instituição econômica e o Estado, ciclo sustentado pela crença no crescimento econômico e seu efeito de bem-estar. Relações de poder que nos atravessam e definem formas de pensar. Forças que estão ganhando espaço nas relações sociais como as do não saber, ressaltando a oposição entre espaço público e privado. O espaço público sendo considerado lugar da desordem, do perigo, lugar que pode ser desacreditado. E as forças do saber-poder, o levantamento de modelos; o apreço pela concorrência e o anseio por uma sociedade “empresa”.

Todas essas forças apareceram de alguma forma nas relações enunciativas que provocaram este trabalho para um despertar de que as relações de poder não se dão apenas de forma vertical e que a verdade - como Foucault (1979) define - pode ser produzida nessas relações. Sendo assim, necessário que os estudiosos da linguagem estejam atentos quanto às relações dos enunciados e os discursos que emergem em consonância ao nosso redor. Não se trata apenas de entender que a linguagem não se restringe à ordens, mas de observarmos a linguagem dentro do meio que a distribui. Um meio semiótico não universal, um regime de signos que efetuam fluxos de significância e desvelam como efeito processos de subjetividades. Talvez seja possível ao estudarmos a linguagem dentro dessa perspectiva (agenciamento) criar possibilidades para desvincular o poder da verdade. Para isso, a significância deve se tornar independente das significações de dominação e a subjetivação independente de uma ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa problematiza a ideia da linguagem como reprodução do mundo. Propomos a investigação de um evento (manifestação em defesa da educação) não apenas como algo exterior refletido na linguagem, mas como parte da produção desse acontecimento. Para entender a produção de sentidos no discurso e sua distribuição movente, selecionamos textos jornalísticos por sua ampla circulação social. A produção de textos, presentes no corpúsculo de análise, permitiu-nos construir, de certo modo, uma rede discursiva, a qual se revelam embates que dificilmente existiriam sem a intervenção do verbal. O que reafirma a conjunção da produção de textos e da prática social, ou seja, “a reciprocidade dos planos: linguísticos e extralinguísticos.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2016).

Com o objetivo de sustentar essa discussão filosófica, propomos um percurso de análise centrado em debates em torno dos sentidos acerca da Educação, presentes no debate público. Para tanto, optamos por observar um episódio recente em que um ministro da Educação declara que há balbúrdia nas universidades federais. Diante de um contexto de crises no MEC, no início do governo do presidente Jair Bolsonaro, houve várias demissões na instituição, depois a troca de ministro com a demissão do Ricardo Vélez Rodrigues e nomeação do Abraham Weintraub. Também o anúncio de bloqueio de recursos e várias acusações infundadas às universidades federais feitas pelo, então, segundo ministro nomeado, Weintraub. Os embates, que provavelmente não existiriam sem a intervenção da linguagem, encontrados, inicialmente, na produção de textos foram: MEC versus faculdades de humanas; ministro da educação versus algumas universidades federais (punição financeira por balbúrdia); ministro versus todas as universidades federais (bloqueio de recurso linear); ministro versus imprensa; governo versus imprensa; governo versus manifestantes (manifestantes = a idiotas úteis e massa de manobra).

Podemos afirmar que a manifestação em defesa da educação ocorrida, no dia 15 de maio de 2019, é uma parte do real entremeado pela linguagem e outras formas de agir, um acontecimento de linguagem. A opção por investigar textos que se relacionam ao contexto da referida manifestação já se sustenta na recusa de que haveria um “evento do mundo” ao qual se agregariam posteriormente textos que viriam comentá-lo. Portanto, optamos em não pensar o verbal apenas como mero relato posterior a um evento, essa rede discursiva revela por meio da noção de agenciamento as relações e a mobilidade que há no discurso, ou seja, sua

distribuição. Como também, as forças de poder presentes nelas no debate da educação, que nos atravessam, produzindo subjetividades.

Acerca de as práticas discursivas e sociais, como: o anúncio de bloqueio de recursos e a ação de bloquear esses recursos; e a acusação de balbúrdia nas universidades e a ação de punir algumas universidades são alguns exemplos de relações que produzem forças e atualizam em cada um uma experiência, uma subjetividade. Forças contra os “ataques” às universidades federais surgem. O “ataque”, que parece pretender desqualificar, enfraquecer e “desmanchar” as universidades federais, atualiza uma força de poder em defesa da educação. Então, os efeitos incorporais atribuídos às universidades, atualizam forças que contribuem para a formação do corpo manifestação, encontro de corpos. Estudantes, professores e profissionais da educação unem-se em defesa da educação. Acreditamos, de modo geral, na formação dessa aliança (estudantes, professores e profissionais) no envolvimento desse acontecimento “manifestação em defesa da educação”.

Não aspiramos com esta pesquisa resolver problemas, conscientizar o mundo ou mudá-lo, mas contribuir como um pequeno vetor, resgatando o pensamento de que o poder é produzido por relações de força. Então, o que se quer é criar problemas, no sentido de levantar inquietações para os estudos linguísticos. Conferir um lugar de destaque à linguagem na produção de realidade no mundo; questionar o porquê das pessoas passarem a repulsar seus direitos sociais com o pretexto de ser contra a corrupção; discutir a ideologia como uma dialética cíclica que parece se esvaziar de objetivo, além de buscar entender as distribuições discursivas e sua produção de sentido no debate da educação em meio aos embates apresentados são alguns dos problemas criados neste trabalho. Isso, possivelmente, seja conectar plano linguístico e micropolíticas, operar a máquina abstrata.

A partir do agenciamento, o analista do discurso talvez tenha a possibilidade de trabalhar a máquina abstrata que permite a conexão com o real de um dado campo social. Nesta perspectiva a linguagem não se estabelece pela padronização ou pela definição de uma estrutura, ou por unidades, categorias ou constantes, mas por variáveis de uma pragmática. Nesse sentido, a pragmática –“semiótica ou política”- define a efetuação da linguagem e o uso dos elementos da língua” (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A linguagem é levada aonde parecia faltar, a pragmática configura o seu fora não exterior e a língua revela outros níveis, língua em desequilíbrio.

A linguagem revela sua potência menor, no sentido que, subtrai a dualidade, não pertencendo mais ao Uno que se torna duo, mas ao -1 que dimensiona a multiplicidade. Pragmática que trata o problema da linguagem e do signo, emergindo uma ontologia do

linguístico, o encontro entre enunciado e estados de coisas em agenciamento. (ALMEIDA, 1998). A potência da linguagem se realiza por graus, diferenciação imanente, longe da estratificação rígida. Não há primado de uma forma sobre outra, não há primado da expressão sobre o conteúdo, ou o inverso, porém os componentes semióticos são mais desterritorializados. Não se quer eleger um ponto de partida, uma origem, mas um ponto de inserção. O grau de desterritorialização conjuga as formas, uma na outra, operação que antecede a reterritorialização, quando esta se efetua estabilizando as formas.

Para Deleuze e Guattari (1995), o agenciamento coletivo ou regime de signos compreende língua e linguagem, já que efetua a condição da linguagem, utilizando os elementos da língua. O agenciamento coletivo se remete ao expresso do enunciado, enunciados e atos se relacionam, palavras de ordem, “uma vez que enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.” A significância e a subjetivação dependem do agenciamento coletivo, que dispõe o processo de subjetivação e o movimento de significâncias. Trata-se de um regime de signos encontrado na linguagem, dentro do meio que a distribui, um meio semiótico não universal que se efetua a partir da transmissão da palavra de ordem em um determinado campo social. Regime de signos que define a trajetória do agenciamento coletivo, consequência fluxos de significância e processa subjetividade. Um regime de signos que formaliza agenciamentos sociais complexos, máquina abstrata.

Para os autores, a dissociação da informação e da comunicação resulta na abstração da significância da informação e da subjetivação da comunicação. Sendo assim, ambas se subordinam à redundância, e nessa configuração a palavra de ordem se limita a comandos, feita para obedecer e fazer obedecer. Ainda nesse sentido, há a dependência entre significância e significações dominantes, e entre subjetivação e uma ordem estabelecida de sujeição. Por outro lado, a compreensão da noção de agenciamento para linguagem pode criar possibilidades para romper a dependência que se mantém entre a significância e as significações de dominação, e entre a subjetivação e uma ordem. Dentro da perspectiva do agenciamento, talvez seja possível ao pesquisador da linguagem identificar processos que desvinculem o poder da verdade no discurso.

Portanto, salientamos a importância da pragmática como algo interior, intrínseco à língua, porque sem esse devido valor, ficamos presos à ideia da linguagem que se reduz à representação do real, ideia da linguagem idealizada que concebe a anterioridade do plano extralinguístico sobre o plano linguístico. Dessa maneira, a defesa de um dinâmico engendramento simultâneo entre língua e mundo dá-nos a oportunidade de compreender a linguagem de forma heterogênea, como uma máquina abstrata, constituída por seu agencia-

mento, propiciando a conexão entre língua, conteúdos semânticos, conteúdos pragmáticos e micropolítica social. Compreender a linguagem como intervenção do real é colocar ao discurso o problema do poder; essa noção pode corroborar a análise das relações de poder no discurso, afastando-se do dual, da lógica da contradição, na tentativa de desvincular o poder da verdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M. C. **Pragmática e agramatical em Deleuze**. Tese (Doutorado em Linguística). São Paulo: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo Paulo Bezerra. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.261-270.

BRUGNERA, R. Bolsonaro versus reitores das universidades federais: a batalha anunciada. **Jornal as cidade online**. 04 de maio. 2019. Disponível em: <<http://jornaldacidadeonline.com.br/noticias/14454/Bolsonaro-versus-reitores-das-universidades-federais-a-batalha-anunciada>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CANDIOTTO, C. **Foucault: uma história da verdade**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 29 (2): 65-78, 2006.

CARVALHO, O. L. P. **Olavo de Carvalho sobre as universidades brasileiras**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=awb_vvtz261>. Acesso em: 17 jun. 2019.

COIMBRA, C.; LEITÃO, M.B. **Das essências às multiplicidades: especialismo, psi e produções de subjetividades**. Psicologia & Sociedade; 15(2): 6-17; jul./dez. 2003.

DANNER, F. **Vida, poder, política: Foucault e a questão do liberalismo**. Kalagatos, Fortaleza, v. 14, n.2, maio-ago, 2017.

DELEUZE, G. A imagem do pensamento. In: **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995 a.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. **A interface linguagem/ mundo como produção simultânea: quando estudantes enfrentam a administração central em uma universidade pública**. Revista. Gragoatá, Niterói, n. 34, p. 263-280, 1. Sem. 2013.

_____. **Corpos em encontro e efeitos incorporais: articulação linguagem/ extralinguístico**. Revista Psicologia & Sociedade, 28(2), Rio de Janeiro, 331-340. 2016.

FOCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2008 a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis. Vozes, 1996.

LARROSA, J. I Seminário Internacional de Educação de Campinas, nº19, 2001. Campinas. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, 2002.

LOPES, N. MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro. **UOL- Educação**. São Paulo, 26 de abril. 2019. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/26/Bolsonaro-faculdades-humanas-investimento.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

LOTURCO, V. **Merleau-Ponty dialoga com o racionalismo e a pintura em “olho e o espírito”**. Cadernos Espinosamos Estudos sobre o século XVII. São Paulo: USP, 2010.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MACHADO, L. D. Subjetividades contemporâneas. In: Barros, M^a Elizabeth (org). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: Edufes, 1999.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**; tradução Freda Indursky; Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3^a edição, 1997.

MATURANA, H. e VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Editorial PSYII, 1995. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

O Globo. MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’ – **O Globo**. 30 de abr. 2019. Disponível em: <<https://o.globo.globo.com/sociedade/mec-vai-cortar-de-universidades-que-tiverem-baixo-desempenho-fizerem-balburdia-23631766>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

PAVARIN, G. Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários. **The Intercept Brasil**. 15 de maio. 2019. Disponível em: <<http://theintercept.com/2019/05/14/milicia-digital-bolsonarista-contra-universidades/>>. Acesso em: 10 jun. de 2019.

RABELLO, S. C. **Por um ensino de língua materna inventivo**. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Especialização em Educação Básica: Gestão Escolar) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, 2011.

RONAT, M. **Noam Chomsky: diálogos com Mitsou Ronat**. São Paulo: Ed. Cultrix. 1977.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro, 2004.

ANEXO A – Textos jornalísticos da 1ª etapa da análise

Reportagem 1

MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro

Nathan Lopes

Do UOL, em São Paulo

26/04/2019 08h02 Atualizada em 26/04/2019 12h10

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse hoje que o MEC (Ministério da Educação) estuda "descentralizar o investimento em faculdades de filosofia e sociologia". De acordo com ele, o objetivo é "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina".

A retirada de investimento em cursos da área de humanas, segundo o presidente, seria para "respeitar o dinheiro do contribuinte".

Isso se daria, disse em mensagem publicada em sua página no Twitter, através de ensinar "para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta".

Segundo o Censo da Educação Superior, as universidades públicas brasileiras oferecem ao todo 72 cursos de ciências sociais, com 10.035 alunos matriculados, e 38 de filosofia, com 4.094 matrículas.



Jair M. Bolsonaro

✓ @jairbolsonaro

26 de abr de 2019

O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.



Jair M. Bolsonaro

✓ @jairbolsonaro

A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta.

47,5 mil

06:53 - 26 de abr de 2019

Informações e privacidade no Twitter Ads

11,8 mil pessoas estão falando sobre isso

Filosofia? "Com dinheiro próprio"

Durante participação em uma transmissão ao vivo na página de Bolsonaro no Facebook ontem, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse achar que "a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto".

"Então, o que a gente tem que ensinar para as crianças, para os jovens? São, primeiro, habilidades, de poder ler, escrever, fazer contas". Para ele, outro ponto importante é ensinar um ofício que "gere renda para a pessoa, bem-estar para a família, que melhore a sociedade em volta dela".

Sobre a mudança na distribuição de recursos sobre faculdades de humanas, o ministro citou o exemplo do Japão. "Ele [Japão] está tirando dinheiro público do pagamento de imposto de faculdades que são tidas como para uma pessoa que já é muito rica ou de elite, como filosofia", disse Weintraub.

Pode estudar filosofia? Pode, com dinheiro próprio

Abraham Weintraub, ministro da Educação

Segundo o ministro, o Japão tem colocado o dinheiro que seria para filosofia em faculdades que "geram retorno de fato, como enfermagem, veterinária, engenharia, medicina".

Weintraub disse que, quem está nos cursos atuais, não precisa se preocupar. O ministro irá ao Congresso em maio para apresentar metas "agressivas", sem indicar quais seriam.

LOPES, Nathan. MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro. **UOL- Educação**. São Paulo, 26 de abril. 2019. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/26/Bolsonaro-faculdades-humanas-investimento.htm>>. Acesso em 07 jun. 2019.

Reportagem 2

MEC vai cortar verba de universidades que tiverem 'baixo desempenho' e fizerem 'balbúrdia'

Ministro Weintraub já lista penalidades a UFF, UnB e UFBA

O Globo

30/04/2019 - 10:02 / Atualizado em 15/05/2019 - 19:00

RIO e BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) anunciou cortes às universidades que não apresentarem "desempenho acadêmico esperado" e que promovam eventos com "balbúrdia" em suas instalações.

O anúncio foi feito durante entrevista do ministro Abraham Weintraub ao jornal "O Estado de S. Paulo".

Segundo Weintraub, três universidades já tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, estaria sob avaliação. O antecessor de Weintraub na pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, lecionou na UFJF e convidou vários de seus colaboradores na universidade para cargos no ministério.

"Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas", continuou Weintraub ao jornal. Os critérios de avaliação, porém, não foram informados. Ao GLOBO, a OAB informou que irá acionar o STF temendo violação da autonomia universitária, direito garantido pela Constituição.

Para Weintraub, instituições de ensino estariam permitindo que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao meio universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, complementou.

A nota do MEC diz que a medida, em relação a UnB, UFBA e UFF, "está em vigor desde a última semana" e afirmou que "estuda os bloqueios de forma que nenhum programa seja prejudicado". Informou que "o Programa de Assistência Estudantil não sofreu impacto em seu orçamento".

Em nota, ao GLOBO, a UnB afirmou que "não foi oficialmente comunicada de nenhum corte em seu orçamento", mas disse que "a área técnica verificou, contudo, um bloqueio orçamentário da ordem de 30% no sistema". A instituição está, segundo o comunicado, "avaliando a situação e tem a expectativa de que o bloqueio possa ser revertido".

A UnB lembrou que "é uma das universidades com reconhecida excelência acadêmica no país, atestada em rankings nacionais e internacionais". Afirma que tem nota 5, a máxima, no Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC e que está na 8ª colocação como melhor universidade brasileira, segundo avaliação do Times Higher Education (THE), organização britânica que acompanha o desempenho de instituições de ensino superior em todo o mundo. "Há dois anos, ocupávamos a 11ª posição", destacou.

A instituição destacou ainda que "não promove eventos de cunho político-partidário em seus espaços". "Como toda universidade, é palco para o debate livre, crítico, organizado por sua comunidade, com tolerância e respeito à diversidade e à pluralidade", disse, na nota.

A UFF divulgou uma nota afirmando que não recebeu nenhum comunicado por parte do MEC, mas que "foi constatado o bloqueio de 30% dos recursos disponíveis para manutenção das atividades, como bolsas e auxílios a estudantes, energia, água, luz, obras de manutenção, pagamento de serviços terceirizados de limpeza, segurança, entre outros." A universidade, que está sem luz e telefone desde o vendaval que atingiu o Rio e Niterói no domingo, disse que "é uma das maiores, mais diversificadas e pujantes universidades do país".

Segundo a instituição, "se confirmada, esta medida produzirá consequências graves para o pleno funcionamento da universidade." A UFF afirma que a instituição é reconhecida inclusive pelo MEC, com nota máxima (conceito 5) na avaliação do órgão e que tentará reverter os cortes.

"A UFF exerce com responsabilidade a proteção do patrimônio público e das pessoas, defendendo com firmeza o princípio constitucional da livre manifestação do pensamento, com tolerância e respeito à diversidade e à pluralidade."

Já o reitor da UFBA, João Carlos Salles, disse que as justificativas do ministro para os cortes "não são pertinentes".

— Não posso imaginar que um gestor público seja motivado por decisão política. Não podemos admitir que as razões do bloqueio sejam de ordem política numa gestão republicana. Vamos procurar saber quais os motivos para buscar as medidas cabíveis — afirmou Salles.

Entidade universitária ainda não foi informada

Reinaldo Centoducatte, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) e reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), disse ao GLOBO que a entidade ainda não recebeu informações oficiais do MEC.

— Soubemos pela imprensa. É preciso entender que critérios são esses, já que as três universidades têm cursos de ponta e são bem avaliadas em todos os rankings internacionais.

O Globo. MEC vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’ – **O Globo**. 30 de abr. 2019. Disponível em: < <https://o.globo.globo.com/sociedade/mec-vai-cortar-de-universidades-que-tiverem-baixo-desempenho-fizerem-balburdia-23631766>>. Acesso em 07 jun. 2019.

Reportagem 3

MEC recua de punir universidades por ‘balbúrdia’ e propõe corte linear – Isto é – 01/05/2019.

O Ministério da Educação (MEC) recuou da decisão de punir com bloqueio de recursos especificamente universidades que promovessem “bagunça” em seus câmpus. Agora o mesmo contingenciamento planejado para elas será estendido a todas as universidades federais. Mas incidirá sobre a verba prevista para o segundo semestre.

A decisão ocorre após a repercussão negativa causada pelas declarações do ministro Abraham Weintraub, que anunciou em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo** que a promoção de “balbúrdia” nos câmpus e de festas inadequadas ao ambiente universitário seria um dos critérios usados para a escolha das instituições afetadas pelo congelamento de verbas.

Três universidades já haviam sido alvo das medidas, segundo o ministro: a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Todas já haviam identificado desde a semana passada o bloqueio de 30% no orçamento para despesas discricionárias, usadas para custear água, luz, limpeza, e outros serviços, conforme confirmaram as próprias universidades.

De acordo com o ministro, as universidades que promovessem “bagunça” ou “evento ridículo”, em vez de melhorar o desempenho acadêmico, teriam recursos bloqueados. O ministério avaliou, porém, que a decisão poderia ser questionada na Justiça e, por isso, decidiu recuar. O plano é aplicar agora o contingenciamento de cerca de 30% para todas as universidades do País até que a pasta publique regras mais claras para a definição de cortes.

Isonomia

Por meio de nota, o MEC informou que “o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos” em decorrência do contingenciamento de recursos decretados pelo governo, que definiu bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do orçamento da pasta. Disse ainda que o MEC “estuda aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico das universidades e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho”. Nesta terça-feira, 30, o ministério, também por meio de nota, havia destacado que o bloqueio de 30% já atingia universidades e destacou apenas as três citadas por Weintraub na entrevista: UFF, UFBA e UnB.

Em entrevista à TV Globo, o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, confirmou as informações e alegou “bloqueio preventivo”, que ainda pode ser revisto, conforme avance a situação econômica do País. “A gente espera que, se a Reforma da Previdência for aprovada, a gente tenha um cenário positivo na economia, com reforço de arrecadação. Daí a gente pode ter uma folga no orçamento das universidades no segundo semestre.”

Preocupação

Especialistas em Educação e entidades também voltaram a fazer críticas nesta terça-feira. Simon Schwartzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), disse ser preocupante que o ministro tome decisões importantes, como o recurso

que estará disponível para uma universidade, com base em “acusações, sem evidências, sem processo ou chance de defesa”. “Não se faz política pública dessa maneira. É muito inadequado cortar recursos sem ter critérios claros”, diz.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) publicou uma nota em que declara o presidente Jair Bolsonaro e Abraham Weintraub “inimigos da Educação”. E prometia manifestações a partir de segunda-feira, na UFF. “Nossos atos vão ser dentro das universidades”, disse a presidente, Marianna Dias. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Reportagem 4

‘Não há corte, há contingenciamento’, diz ministro sobre orçamento das universidades federais. - G1- 7 de maio de 2019

Há uma semana, MEC anunciou a retenção de 30% do orçamento para verbas de custeio e investimentos das instituições federais. Weintraub diz que liberação da verba retida depende da reforma da Previdência e da retomada da economia.

Por Elida Oliveira, G1

07/05/2019 12h56 Atualizado há 5 meses

Ministro diz que pode desbloquear verba de federais se reforma da Previdência for aprovada
O ministro da Educação, **Abraham Weintraub**, disse nesta terça-feira (7) durante audiência na Comissão de Educação no Senado que não haverá corte no orçamento das universidades e instituições de ensino federais, mas sim um contingenciamento.

O ministro afirmou que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre.

"Não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento – e nem é 'recuperar' porque estamos em um marasmo a perder de vista – mas se tivermos crescimento econômico com a aprovação da nova Previdência, é só o que falta." - Abraham Weintraub

Propostas e debate no Senado

Weintraub foi ao Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários da pasta. De acordo com o ministro, **o foco da sua gestão será a educação básica, uma gestão técnica baseada em entrega de resultados e reconhecimento por mérito**, entre outros pontos. *(Veja abaixo lista com as prioridades)*

Weintraub falou por uma hora e, em seguida, respondeu ao questionamento dos senadores. Entre outros pontos, o ministro disse que:

- o Fies "é uma tragédia" por causa do alto número de devedores
- a autonomia universitária não significa "soberania"
- índices ruins de leitura devem ser combatidos com nova alfabetização
- se o ensino médio ensinasse ofício, taxa de evasão seria menor
- expansão da rede federal de ensino superior é "meta impraticável"

Contingenciamento

O ministro disse que o governo fez a opção pelo contingenciamento para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e disse apostar na retomada da economia.

"A gente já voltou a consumir bens duráveis. Está faltando o último gatilho que é investimento em infraestrutura, investimento em máquinas e equipamentos. Isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação, se

descontingencia. Não há corte. E isso não foi imposto, a gente tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal" - Abraham Weintraub

O anúncio sobre o bloqueio do orçamento das universidades foi feito há uma semana. Em um comunicado, o MEC divulgou que "UFBA, UFF e UnB tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas". Na ocasião, o ministério não apresentou motivos para bloquear as verbas especificamente dessas universidades, mas em uma entrevista ao jornal "Estado de S.Paulo", o ministro associou a redução das verbas a "balbúrdia" praticada em universidades.

"Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking ", disse na ocasião, sem esclarecer quais rankings.

A rede federal inclui mais de 60 universidades e quase 40 institutos em todos os estados do Brasil.

Após críticas, o MEC alterou a medida e disse que o bloqueio de 30% na verba das instituições de ensino federais vai valer para todas as universidades e todos os institutos.

Críticas ao Fies

O ministro afirmou que o crescimento do Brasil no ensino superior se deve à participação da rede privada, e fez críticas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa que classificou como uma "política desbalanceada".

"MEC hoje é principalmente ensino superior, a maior parte dos nossos recursos vai para o ensino superior. Mas tem o financiamento. Essa é outra tragédia que aconteceu. Para financiar essa expansão, se criou o financiamento educacional. (...) A gente tem 500 mil jovens brasileiros inadimplentes. É uma tragédia" - Abraham Weintraub

Autonomia universitária

O ministro foi questionado sobre o respeito à autonomia universitária, considerando as críticas que havia feito à "balbúrdia".

"Sou 100% a favor da autonomia universitária, mas autonomia não é soberania universitária. Universidade não é um estado soberano. Não pode ter consumo de droga dentro dos campi porque a lei não permite. Por que a polícia não pode entrar dentro do campus? É um país autônomo? Tem uma violência acontecendo lá dentro? O que pode fazer? Nada? Temos que bater palma? Isso está errado, sou contra", disse o ministro.

Alfabetização baseada em evidências

Abraham Weintraub defende que um dos principais problemas na educação brasileira é que alunos chegam ao 3º ano do ensino fundamental sem "conhecimentos mínimos de leitura ou de matemática".

"Eu acho que qualquer país que tenha tido sucesso em mudar a educação focou aí, até chegar no 3º ano."

Ensino médio

O ministro defendeu que é preciso "quebrar" o "preconceito" de que pessoas que desempenham atividades técnicas sejam inferiores aos diplomados no ensino superior. Para ele, a "taxa de insucesso do ensino médio" não será alterada se não houver mudanças na "estrutura" da etapa.

"Se a gente tivesse talvez uma abordagem mais pragmática para o ensino médio, ensinando ofício para as nossas crianças e para os nossos jovens, talvez a taxa de evasão, a perda dos alunos fosse menor."

Expansão do ensino superior

Ao avaliar a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de expandir as matrículas no setor público em pelo menos 40%, ele avaliou que é impraticável.

"A meta que há aqui é que 40% das vagas no ensino superior venham, 40%, do governo federal. Quanto custaria isso? Mais 200 bilhões por ano no mínimo. A gente consegue pedir para o contribuinte aumentar mais o esforço que ele está fazendo para atingir essa meta? Essa é uma decisão dos senhores. Eu acho que essa meta hoje é impraticável, e o foco que eu gostaria de trazer aqui é que qualquer esforço novo fosse feito na educação básica, na base da casa."

Baixo impacto das ciências sociais

Durante a apresentação, o ministro chegou a afirmar que a maior parte das bolsas para cursos de pós graduação estão sendo dirigidas para áreas que ele considera estarem tendo baixo impacto ().

"Treze por cento do trabalho, de todo o trabalho acadêmico brasileiro que tem relevância científica, 13% vêm de ciências sociais aplicadas, humanidades e linguística."

Metas do MEC

Entre as metas apresentadas pelo ministro, estão:

- Foco na educação básica, aprimorando o fundo de manutenção de desenvolvimento da educação básica e da valorização dos professores da educação (Fundeb)
- MEC como indutor da política de educação nacional
- Gestão técnica orientada à entrega de resultados
- Construção de um sistema educacional nacional orientado pelo mérito e para o mérito
- Fixação de incentivos para a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais em gestão da educação
- Disciplina, ordem, respeito a todos no espaço da educação público e privados
- Respeito à liberdade e diversidade de pensamento
- Investimento em capital humano para aumentar a competitividade da economia brasileira

O ministro abriu a audiência falando sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), dando um panorama sobre o ensino no Brasil.

Depois, citou os pontos do **Plano Nacional de Alfabetização**. O ministro disse que não vai priorizar um ou outro método de ensino. "Não se trata de falar de um método ou outro. É qualquer método empregado que esteja avaliado em evidências científicas. Tem que ter número comprovando isso", disse.

"A gente não quer impor nada a ninguém, a gente quer abrir o debate, quer conversar. Dizer assim: alguma coisa está errada. Por isso a nossa educação é muito pior do que a dos nossos vizinhos na América Latina."

Notícia

Bolsonaro diz que bloqueia verba da educação, porque precisa, mas chama manifestantes de 'idiotas úteis' e 'massa de manobra'. G1 15/05/2019

Presidente deu a declaração ao chegar a Dallas, onde receberá uma homenagem e se encontrará com o ex-presidente dos EUA George W. Bush. No Brasil, atos contra contingenciamento ocorrem em todos os estados e no Distrito Federal.

Por G1

15/05/2019 12h57 Atualizado há 5 meses

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quarta-feira (15) em Dallas, no estado norte-americano do Texas, que não gostaria de contingenciar verbas, em especial da educação, mas que o bloqueio é necessário e que **os manifestantes que protestam contra isso no Brasil** "uns idiotas úteis, uns imbecis" (veja no vídeo acima).

"É natural, é natural. Agora... a maioria ali é militante. É militante. Não tem nada na cabeça. Se perguntar 7 x 8 não sabe. Se perguntar a fórmula da água, não sabe. Não sabe nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo utilizados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais do Brasil", afirmou Bolsonaro.

O presidente chegou na manhã desta quarta a Dallas, onde estão previstos um evento em que Bolsonaro receberá uma homenagem e um encontro com o ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush.

Assim que chegou, Bolsonaro se dirigiu ao hotel. Na porta, ele foi questionado por jornalistas sobre os protestos contra bloqueios na educação que ocorrem em quase todo o Brasil nesta quarta

Veja o que Bolsonaro falou sobre os cortes

"Não existem cortes. Nós temos um problema que... Eu peguei um Brasil destruído economicamente também. Então as arrecadações não eram aquelas previstas de quem fez o orçamento no corrente ano e se não houver contingenciamento, eu simplesmente entro de encontro, né, à lei de responsabilidade fiscal? Então, este mês não tem dinheiro. É o que qualquer um faz. Não tem, tem que contingenciar. Agora gostaria que nada fosse contingenciado. Gostaria, em especial, educação."

E o que falou sobre o desempenho dos estudantes brasileiros

"Agora educação também está deixando muito a desejar no Brasil. Você pega as provas do Pisa, que eu peguei agora, de três em três anos, de 2000 pra cá, cada vez mais ladeira abaixo."

"A garotada com 15 anos de idade, da nona série, 70% não sabe a regra de três simples. Qual o futuro dessas pessoas? Qual é o futuro dessas pessoas? Falam porque tão desempregados 14 milhões, sim, mas parte deles não tem qualquer qualificação porque esse cuidado não teve nas administrações do PT ao longo de 13 anos."

Em nota oficial sobre o assunto emitida no fim da tarde, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, disse que a posição do presidente é que "as manifestações são legítimas e democráticas, desde que não se utilizem de violência, nem destruam o patrimônio público."

Segunda viagem aos EUA

A viagem a Dallas substitui a que seria feita a Nova York, também nos Estados Unidos, onde o presidente receberia a homenagem de personalidade do ano. Bolsonaro mudou a viagem após o local escolhido em Nova York desistir de receber o evento e empresas também desistirem de patrocinar a homenagem.

Esta é a segunda viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos desde a posse, em janeiro. A primeira visita foi em março, a Washington, onde Bolsonaro foi recebido na Casa Branca pelo presidente Donald Trump.

A programação de Bolsonaro em Dallas prevê compromissos na quarta (15) e na quinta-feira (16), com chegada a Brasília na sexta-feira (17). O vice-presidente Hamilton Mourão assumirá a Presidência até a tarde de quinta, quando viajará para o exterior. Mourão embarcará para uma viagem ao Líbano, à China e à Itália.

ANEXO B – Textos jornalísticos da 2ª etapa da análise

Reportagem 1

Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários

Fazia meses que o cientista da computação Fabrício Benevenuto não via nada de novo na sua ronda diária por grupos políticos de WhatsApp. Criador de uma ferramenta capaz de elencar os conteúdos mais compartilhados no aplicativo, o WhatsApp Monitor, o professor associado da UFMG via com tédio os mesmos tipos de montagens, áudios, notícias falsas, correntes e vídeos motivacionais percorrerem sua tela, dia após dia nos 350 grupos políticos abertos que acompanha.

Na tarde de 8 de maio, porém, Benevenuto notou algo estranho: quase todas as imagens mais compartilhadas no seu sistema mostravam universitários nus, teses com nomes esdrúxulos e desenhos irônicos sobre estudantes de humanas. Aquilo, percebeu, não era espontâneo. Checou os altos números e concluiu que se tratava de algo novo, orquestrado. Estava diante de uma nova ofensiva da milícia digital de Bolsonaro, grupo que andava pouco ruidoso após as eleições.

“Soou como ataque, uma tentativa de desconstruir a imagem das universidades públicas com conteúdos antigos ou tirados de contexto, como se todas fossem uma bagunça”, diz Benevenuto. “Como trabalho em uma, fiquei preocupado.” Os variados tipos de compartilhamentos chamaram sua atenção. Notou que, depois de alguns meses de marasmo, muitos grupos ociosos associados a Bolsonaro espalhavam as mensagens com afinho comparável ao do ano passado, quando operavam em sua capacidade máxima e com fortes indícios de disparo em massa. Era o despertar de uma engrenagem que havia feito grande estrago meses atrás.

O levante das redes bolsonaristas não vinha por acaso. Duas pesquisas divulgadas em maio apontavam para um naufrágio do otimismo com o presidente, Jair Bolsonaro. A primeira, do instituto XP Ipspe, mostrou que, de abril para maio, o percentual de ruim e péssimo na avaliação do Bolsonaro subiu de 26% para 31%; já a segunda, uma análise de sentimentos de redes sociais feita pela startup Arquimedes, apontou que, nas últimas semanas, mais pessoas que se mostravam neutras ao novo presidente passaram a avaliá-lo negativamente. Para as duas empresas, os principais motivos foram o desgaste entre militares e Olavo de Carvalho e o corte na educação anunciado no dia 30 de abril pelo novo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

As táticas de guerrilha soavam similares às das eleições de 2018. Pelo WhatsApp, centenas de grupos de apoiadores de Bolsonaro passaram a espalhar imagens que reforçavam a ideia, endossada pelo próprio Weintraub, de que as universidades públicas se tornaram lugar de “balbúrdia”. Montagens de gosto estético e moral duvidosos foram replicadas sem parar. Eram fotos e vídeos de performances artísticas, capas de monografias sobre sexualidade e paredes com pixações provocadoras. Em cada mídia, havia a legenda com o suposto nome da instituição federal e um texto que dizia: “Veja em que se transformaram nossas Universidades Federais! É UM ABSURDO”.

Surtiu algum barulho. Segundo a ferramenta de Benevenuto, nas duas primeiras semanas de maio, das 30 imagens mais compartilhadas no WhatsApp, 17 são referentes ao que bolsonaristas chamam de depravação nas salas de aula das universidades federais. (De resto, quatro associavam Marielle Franco ao tráfico de drogas a outros crimes, três eram

denúncias de militantes petistas infiltrados em grupos, uma era uma defesa para fechar o STF e cinco eram imagens com tarja preta de conteúdo impróprio — provavelmente parte de uma mensagem em texto.)

Benevenuto ressalta que seu software dá apenas uma amostra do turbilhão de montagens fabricadas a todo vapor: os 350 grupos que monitora são uma parte ínfima dos mais de 127 milhões de usuários e dos incontáveis grupos fechados no país. “Damos acesso a jornalistas e agora a pesquisadores para terem uma noção do que é compartilhado lá dentro, mas sabemos que não é um número preciso”, me disse Benevenuto.

Imerso em dezenas de grupos pró-Bolsonaro nos últimos dias, conclui que o grosso das mensagens dos bolsonaristas vem de grupos fechados, em que, em grande parte, apenas administradores podem enviar conteúdos. Vários dos grupos também adotam uma estratégia de renovação, isto é, são encerrados e depois abertos com outro nome e endereço. “É uma tática comum: eles fecham um grupo, depois mandam o convite para as pessoas que estavam lá entrarem em outro, assim vão renovando”, me disse Sergio Denicoli, diretor da consultoria AP/Exata e pós-doutor em comunicação digital. Isso explica por que vários dos grupos importantes durante a época das eleições não funcionam mais. Eles só mudaram de cara para provavelmente fazer uma faxina em usuários inativos.

Estudioso das redes de Bolsonaro desde 2017, Denicoli também notou atividade incomum nos últimos dias. De primeira, diz, os militantes de direita iniciaram sua tática de testar narrativas. No caso, a de que universidades públicas são lugares repletos de nudez, performances e cursos inúteis. “Eles vão chegando, vão testando narrativa, ensinando como argumentar”, explica Denicoli. “A eleição foi uma guerra retórica. A rede do Bolsonaro foi muito inteligente, impôs os temas que queria, e as pessoas repetiam os argumentos, mas agora não estamos vendo o mesmo sucesso.”

Na análise de Denicoli, o corte na educação desagradou e mobilizou muita gente, o que fez com que os grupos de WhatsApp pró-Bolsonaro tentassem mais esforços para reverter a opinião de massa. O tiro, no entanto, saiu pela culatra. “Notamos em nossos dados que o movimento da educação é o mais importante da oposição, tem uma capilaridade e uma autenticidade muito fortes. São muitos pais, alunos e funcionários que fazem parte do sistema educacional, eles sabem que a realidade não é como os memes. Algo parecido ocorreu no Carnaval, quando Bolsonaro tentou generalizar o Carnaval com a polêmica do golden shower. Algumas narrativas não funcionam.”

Baseada em recursos de inteligência artificial e conceitos da psicologia, a análise de Denicoli capta oito tipos de emoções nos textos deixados em redes sociais como Instagram, YouTube e principalmente Twitter. Sua plataforma consegue, pela combinação de palavras dos usuários, saber se uma mensagem possui sensações como indignação, raiva, tristeza, desgosto, alegria ou confiança. Sua conclusão, depois confirmada pelas pesquisas de opinião, é que, ainda que Bolsonaro ainda conte com grande confiança em parte do seu eleitorado, os índices de medo e tristeza subiram bastante. “A rede de Bolsonaro era o único discurso vigente, era a mais barulhenta, mas agora as redes de esquerda cresceram”, diz Denicoli. “Começou a ter uma mobilização das pessoas pedindo mobilização, as pessoas demonstraram interesse e aí surgiu a ideia de greve dos movimentos sindicais. Foram manifestações espontâneas, principalmente de estudantes, que ganharam adesão.” A referência de Denicoli é à greve e aos protestos que estão marcados por todo o país para esta quarta-feira com milhares de menções nas redes sociais.

Os dados de Denicoli lidam com a parte acessível, mais clara, das redes bolsonaristas. Segundo ele, o Twitter é onde ocorre a segunda etapa da estratégia, a parte final e concreta das pautas do clã de Bolsonaro. Lá é onde se consolidam as narrativas iniciadas na parte escura, mais difícil de mensurar e de rastrear, no WhatsApp. “Os movimentos começam nos grupos e se cristalizam no Twitter, mas isso pode levar dias ou semanas. O laboratório é o

WhatsApp.” Isso significa que, daqui pra frente, no Twitter, no Facebook e no YouTube, provavelmente haverá uma enxurrada ainda maior de montagens a fim de desmoralizar as instituições públicas de ensino.

Nas esteiras da fábrica de fake news

O pesquisador Viktor Chagas, da Universidade Federal Fluminense, analisa desde o começo do ano passado como funcionam as redes bolsonaristas no WhatsApp. Com a ajuda de sua equipe, ele monitora mais de 150 grupos de apoio ao político do PSL. Chagas foi o primeiro a expor, no ano passado, a existência de variados tipos de grupo pró-Bolsonaro que integravam uma estratégia maior e calculada. De acordo com ele, havia ao menos três espécies: o de divulgação (que envia links, panfletos etc.); o de mobilização (que incentiva boicotes ou subidas de hashtags, bem como ações nas ruas); e os de debate (responsáveis pela elaboração das narrativas e trocas de conteúdos). Todos eles, afirma Chagas, seguiam uma hierarquia e eram divididos de acordo com localização. A lógica se mantém viva hoje, ainda que, ao menos até semanas atrás, houvesse uma escala bem menor de mensagens e produção.

“Houve uma latência na transição pro novo governo, em janeiro”, afirma Chagas. “Teve uma baixa de usuários e muitos grupos estavam aguardando sinal para retomar a força de antes. Em meados de janeiro, começaram a voltar os listões públicos e adesão em massa para desmobilizar a oposição.”

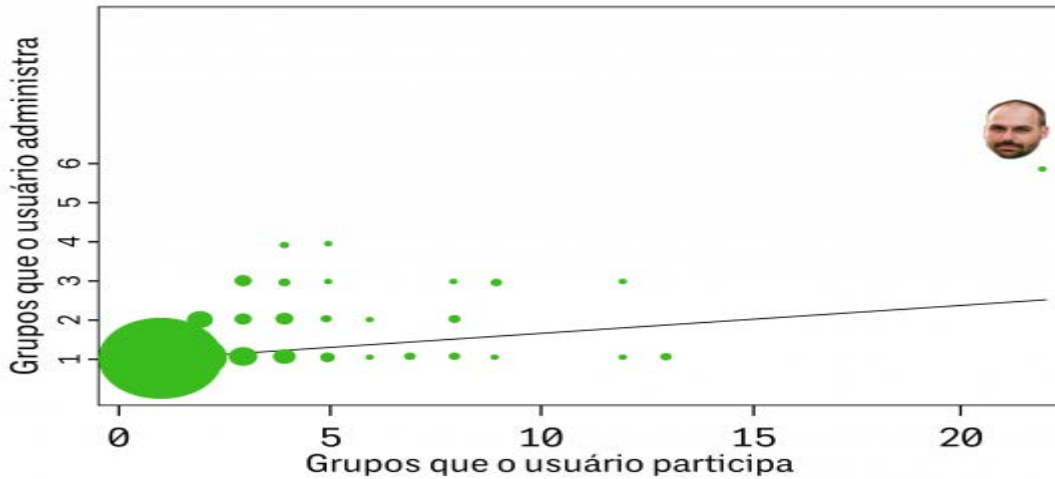
Os listões a que Chagas se refere são nomes e endereços de canais pró-Bolsonaro no WhatsApp de acordo com tema e região. Podem ser chats como “Lavatogas ZAP” (que busca uma limpeza no judiciário) e o “Rede Bolsonarista TO” (de militantes de Tocantins). Eles podem ser acessados em sites e plataformas específicas, como o zapbolsonaro.com e a rede social de extrema-direita Gab, em que moderadores informam quais grupos possuem vagas. A ideia, diz o pesquisador, é manter os grupos funcionando no limite da plataforma, de 256 membros. Também notei que existem espécies de mensageiros individuais que passam a enviar mensagens em separado para todos os integrantes dos grupos. Ao entrar em um grupo pró-Bolsonaro em SP, por exemplo, vários usuários pediram autorização para enviar conteúdos de direita diretamente via celular.

Os disparos em massa, muito falados durante as eleições, também continuam. “É possível reparar em padrões de disparo profissional para os mesmos grupos quatro vezes ao dia, em horários diferentes, pela manhã, à tarde, à noite e de madrugada”, afirma Chagas. “Há uma circulação bastante intensa de imagens e apelo persuasivo das mesmas fontes, reiteradamente acionadas. São vídeos de influenciadores, como Luciano Hang, dono da Havan, e de anônimos em situações cotidianas.”

Definir com precisão quem está no comando das operações não é possível. Hoje, a maior parte dos moderadores usa números internacionais — durante a apuração, quase todos os prefixos com que cruzei eram de cidades dos EUA. Ainda assim, há algumas pistas deixadas na época da eleição. O número público do celular de Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República e deputado federal eleito ano passado, era um dos que mais liderava grupos de WhatsApp em setembro de 2018, segundo Viktor Chagas. Eduardo moderava mais de 30 grupos. Agora o número está desativado. Em seu lugar, entraram números internacionais sem nome ou foto para identificação.

“Há um claro indicativo de que se trata de trabalho profissionalizado, de disparos automatizados, mas isso por si só não é ilegal”, diz Chagas. O problema, claro, é quando essa profissionalização de envio de mensagens em massa se trata de uma fábrica de notícias falsas e informações tiradas de contexto. A Justiça Eleitoral, porém, ainda não encontrou meios de mapear ou rastrear os autores de conteúdos mentirosos e de má fé, como os memes que mentem sobre a questão estudantil.

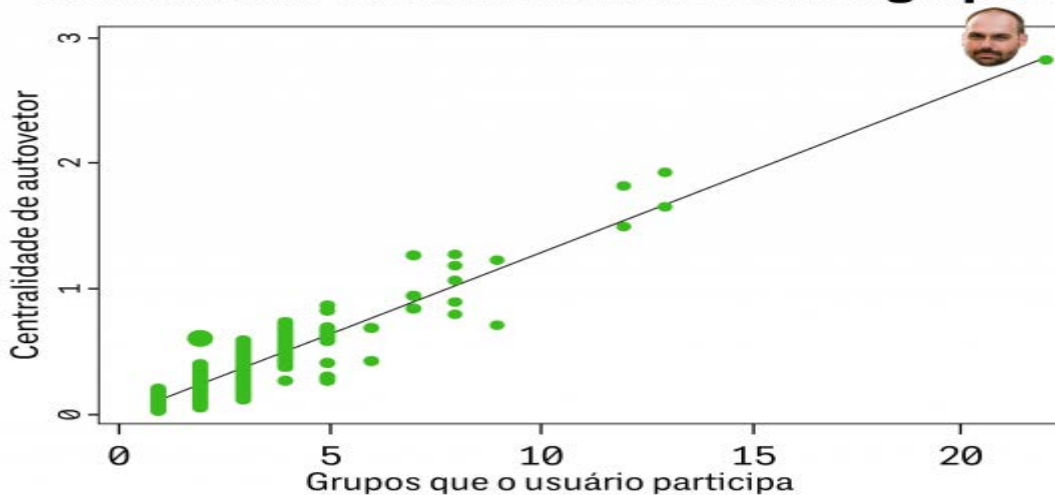
Presença de administradores nos grupos



Dados: Viktor Chagas/UFF

In-
Br

Centralidade de administradores nos grupos



Dados: Viktor Chagas/UFF

In-
Br

O ponto destacado lá em cima nos dois gráficos é Eduardo Bolsonaro. Crédito: Viktor Chagas/UFF

A incidência de mensagens nos grupos bolsonaristas de WhatsApp é por certo menor do que na época das eleições. Pelo Monitor WhatsApp, a plataforma que serve como amostra de Trending Topics de grupos abertos do aplicativo, o número de compartilhamento dos principais conteúdos chega a ser dez vezes menor do que em outubro. Uma das hipóteses dos pesquisadores é que agora, após as eleições, há menos financiamentos de disparos em massa profissionalizados do que no segundo semestre do ano passado.

Em outubro de 2018, reportagem da Folha de S. Paulo mostrou que diversos empresários — entre eles Luciano Hang, da Havan — contrataram agências para espalhar mensagens contra o PT no WhatsApp. Cada contrato teria o valor de R\$ 12 milhões. A prática, tida como ilegal por consistir em doação de empresas para campanha, ainda continuaria em ação nesses primeiros meses de governo, mas em menor escala. Para os pesquisadores, o levante das redes está crescendo aos poucos com três pautas principais: manter o COAF com Moro, os ataques ao Supremo e a deslegitimação dos movimentos estudantis.

Outro ponto de consenso entre os pesquisadores é que a equipe de Bolsonaro se planejou com antecedência para montar sua estratégia de WhatsApp. As principais evidências são a grande organização hierárquica das redes e, também, dois projetos de lei que o então deputado federal Jair Bolsonaro apresentou em 2017, claras demonstrações de sua preocupação com WhatsApp no futuro. O primeiro deles dizia que apenas juízes do STF poderiam derrubar aplicativos e redes sociais no Brasil e o outro impediria operadoras de oferecer planos de internet com dados limitados; em ambos os casos, a justificativa do parlamentar é a de que as medidas evitariam a ameaça à livre circulação de ideias no Brasil. Para Denicoli, o ponto de partida da estratégia digital de Bolsonaro contou com uma imensidão de perfis automatizados no WhatsApp e, depois, no Twitter. “No começo da campanha, o número de robôs era muito alto. Eles estavam construindo narrativas em cima dos temas de modo experimental”, diz. “No final, eles conseguiram estabelecer um apoio real das pessoas, muitos compraram a ideia e viraram cabos eleitorais.”

De tanto serem replicadas, as mensagens encontraram seus receptores e adoradores. E a lógica segue no Twitter –um levantamento recente apontou que mais da metade dos seguidores de Bolsonaro é falso. A conclusão foi do Fake Followers Audit, uma ferramenta capaz de determinar a porcentagem de seguidores automatizados — isto é, robôs ou bots — que cada usuário tem. O método é estatístico: a empresa pega uma amostra aleatória de dois mil seguidores e analisa um a um. O software verifica dados que podem caracterizar ou não um perfil falso: número de seguidores, discrepância na localização, inexistência de foto de perfil, alta frequência de posts, baixo número de seguidores, data de criação da conta, dias de inatividade e a linguagem usada. Segundo esses critérios, cerca de 60,9% dos quatro milhões de seguidores de Jair Bolsonaro (mais de 2,5 milhões de usuários) são contas inativas. A companhia estima que, em cada post de Bolsonaro, 17% dos retuítes são feitos por perfis fakes. Embora os próprios autores da ferramenta reconheçam que ela não é infalível, o cálculo é eficaz para estimar porcentagens de seguidores falsos.

Bolsonaro agora tenta se apoiar numa máquina baseada em robôs e mentiras orquestradas — a mesma que o elegeu — para recuperar apoio popular. Mesmo depois de assumir a presidência, o político não se esforçou num discurso apaziguador, de união. No mundo real, ele segue com seu posicionamento contra minorias, numa fantasmagórica luta contra o comunismo e o que chama, sem saber articular, de ideologia de gênero. As redes o acompanham nisso e devem seguir essa lógica enquanto houver lenha para queimar. “A rede é toda mobilizada pela raiva, a gasolina é o conflito”, afirma Denicoli.

O problema que se expôs para o presidente é que nem sempre o WhatsApp pode instigar o ódio e criar uma realidade paralela endossada pela população. Boa parte dos brasileiros não acha que o Carnaval é sinônimo de golden shower e que a universidade é lugar em que todos assistem aula pelados. Ainda que lentamente, a máquina de mentira do clã bolsonarista parece perder sua força.

ANTES QUE VOCÊ SAIA... Quando Jair Bolsonaro foi eleito, sabíamos que seria preciso ampliar nossa cobertura, fazer reportagens ainda mais contundentes e financiar investigações mais profundas. Essa foi a missão que abraçamos com o objetivo de enfrentar esse período marcado por constantes ameaças à liberdade de imprensa e à democracia. Para isso, fizemos um chamado aos nossos leitores e a resposta foi imediata. Se você acompanha a cobertura do TIB, sabe o que conseguimos publicar graças à incrível generosidade de mais de 11 mil apoiadores. Sem a ajuda deles não teríamos investigado o governo ou exposto a corrupção do judiciário. Quantas práticas ilegais, injustas e violentas permaneceriam ocultas sem o trabalho dos nossos jornalistas? Este é um agradecimento à comunidade do Intercept Brasil e um convite para que você se junte a ela hoje. Seu apoio é muito importante neste momento crítico. Nós precisamos fazer ainda mais e prometemos não te decepcionar.

Texto (2)

Bolsonaro versus reitores das universidades federais: A batalha anunciada

<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/14454/bolsonaro-versus-reitores-das-universidades-federais-a-batalha-anunciada>

Vamos assistir uma enxurrada de Universidades Federais ameaçando fechar as portas por conta do corte de 30% nas verbas

Normal, faz parte da “resistência” e já era previsto pelo governo. Previsto não, aguardado.

Vamos analisar o caso considerando o mecanismo de conquista do cargo, o poder limitado do reitor e as consequências de sus atos administrativos:

- Quem escolhe o reitor é a comunidade acadêmica (os professores, técnicos administrativos e estudantes), em via de regra, cria-se uma tríplice que é analisada pelo MEC. Já houve casos onde um ministro nomeou o reitor da federal do RJ, ou seja, o governo pode escolher novos reitores.

- “O reitor da Universidade vai demitir todo mundo.” Não, não tem esse poder. Servidor universitário federal é concursado, nem o presidente da República pode demiti-lo, apenas um órgão colegiado e o salário dos servidores está em dia.

- “O reitor disse que vai fechar o campus!” Ele também não tem essa autoridade! A menos que ele tenha comprado a Universidade, então ela é particular. Se um reitor fechar um campus, ele também perderá o emprego, deverá responder por má gestão dos recursos públicos e no dia seguinte entra um reitor alinhado ao governo e reabre o campus.

Reitor é um administrador temporário de um bem público, não tem tanto poder quanto gostaria. Ou alguém realmente acredita que o diretor de uma escola pública tem o poder de demitir todos os professores concursados, mandar fechar a escola e mandar todos os alunos para casa sem diploma?

Acham mesmo que um reitor poderia intervir drasticamente no processo de obtenção do diploma de curso universitário, ou, proibir acesso de novos estudantes ao ensino público superior? Bobagem...

Só mais um movimento para tentar espalhar o pavor às comunidades. Não esqueçam que eles também se sustentam com o campus, não iriam fechar as portas, nem que pudessem!

O que estamos assistindo é a boa e velha estratégia do “arrocha”, (quem é da área da economia e administração sabe que a política de cortes numa corporação também funciona assim), se reduz os atrativos financeiros da equipe, mantendo apenas o básico, quem se sobressai são os profissionais econômicos, os catedráticos, comprometidos e os criativos, já os que chegaram ao cargo por qualquer outro motivo, irão tentar inflamar a opinião popular para deixar tudo como está, mas só conseguirão a própria exoneração.

É uma questão de ajustes todos nós já passamos por isso nas empresas onde trabalhamos e em nossas vidas pessoais, mas sobrevivemos, já li uma nota da universidade que chegam a usar o termo: “constrangimento”, referindo-se às dificuldades de pagarem os serviços de limpeza depois do corte.

Impossível não lembrar do exemplo do Japão, onde cada um limpa seu espaço do porteiro da universidade, até o reitor, cada um mantém sua sala e banheiros limpos, afinal, é um ambiente seletivo, frequentado apenas por mentes brilhantes, não há constrangimento em ser humilde e higiênico, constrangedor mesmo, é usar dinheiro público para promover ações políticas dentro do campus, ignorando que há outras vertentes frequentando o mesmo espaço.

O que o povo deve ficar atento é que esse valor de 30% que saiu do ensino superior, seja de fato aplicado na educação básica!

Se houver “arrocha” de um lado, deverá haver fartura do outro! Mais vagas, melhorias na infraestrutura das escolas, na alimentação, nas turmas integrais, mais professores contratados, enfim... Haverá melhorias.

Raquel Brugnera - Pós Graduanda em Comunicação eleitoral, estratégia e marketing político
– Universidade Estácio de Sá- RJ.

ANEXO C – Algumas das imagens mais compartilhados do mês de maio de 2019

<http://theintercept.com/2019/05/14/milícia-digital-bolsonarista-contra-universidades>



ANEXO D – Parte do texto sobre educação contido no plano de governo de Jair Bolsonaro

“A EDUCAÇÃO TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta!

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional. A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.

É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS! É O NOSSO COMPROMISSO!

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM, conteúdo, forma e estratégia precisam mudar! Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas. Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação. As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coreia do Sul. Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais

Atualmente os diferentes sistemas de educação do Brasil não conversam entre si. As três instâncias funcionam de maneira isolada: o Governo Federal foca mais no ensino superior, os governos estaduais na educação média/técnica, e os Municípios no ensino fundamental. Precisamos evoluir para uma estratégia de Integração, onde os três sistemas dialoguem entre si. Com base em avaliações técnicas, a Integração permitirá diagnósticos precisos, quer no desempenho dos estudantes ou na qualificação dos professores. As universidades públicas e privadas contribuirão, nesse novo modelo, na qualificação de alunos e professores nas áreas aonde existam carências. Será possível detectar e corrigir dificuldades no processo de formação de nossas crianças e jovens. Com isso acreditamos que todos os indicadores irão melhorar, na busca de um jovem melhor preparado para o futuro e para a vida.”